

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL**

2024/25



TII

**O ESPAÇO DE SOBERANIA PORTUGUÊS COMO CAMPO DE AÇÃO NO
QUADRO DA OTAN E DA UE. CONTRIBUTOS PARA UM MODELO
ESTRATÉGICO DE ABORDAGEM À RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA
NACIONAL NA OTAN E UE**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU
AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS
ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.**

**Luís Carlos Falcão Escorrega
CORONEL DE INFANTARIA**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

**O ESPAÇO DE SOBERANIA PORTUGUÊS COMO CAMPO DE
AÇÃO NO QUADRO DA OTAN E DA UE. CONTRIBUTOS PARA
UM MODELO ESTRATÉGICO DE ABORDAGEM À
RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL NA OTAN E UE**

CORONEL DE INFANTARIA Luís Carlos Falcão Escorrega

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2024/25

Pedrouços 2025



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

**O ESPAÇO DE SOBERANIA PORTUGUÊS COMO CAMPO DE
AÇÃO NO QUADRO DA OTAN E DA UE. CONTRIBUTOS PARA
UM MODELO ESTRATÉGICO DE ABORDAGEM À
RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL NA OTAN E UE**

CORONEL DE INFANTARIA Luís Carlos Falcão Escorrega

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Orientador: COR TIR CAV Jorge Henriques

Pedrouços 2025



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Luís Carlos Falcão Escorrega**, declaro por minha honra que o documento intitulado “**O espaço de soberania português como campo de ação no quadro da OTAN e da UE. Contributos para um modelo estratégico de abordagem à relevância estratégica nacional na OTAN e UE**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Promoção a Oficial General 2024/25** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 05 de maio de 2025,

COR INF Luís Carlos Falcão Escorrega



Agradecimentos

Como parte significativa do Curso de Promoção a Oficial General (CPOG), este trabalho de investigação individual (TII) representa o resultado de extensas horas de estudo, reflexão e trabalho, mas também o culminar de uma etapa, académica e pessoalmente exigente, em que tive o privilégio de contar com o apoio de diversas pessoas, às quais se impõe um reconhecido agradecimento.

Ao Coronel Tirocinado de Cavalaria Jorge Henriques, pela confiança e superior orientação na investigação académica, contribuindo para opções mais equilibradas.

A todas as entidades que fizeram o enorme favor de partilhar o seu profundo conhecimento e experiência e de me disponibilizar tempo para entrevistas, contribuindo determinantemente para a investigação e enriquecendo-me pessoal e profissionalmente com as suas competências, perspetivas e conselhos.

Aos Camaradas do CPOG, com os quais muito aprendi nas horas partilhadas de trabalho, convívio e amizade.

Por fim, à minha família, que naturalmente merece um agradecimento especial; pelo compromisso partilhado, constante incentivo, enorme paciência e, acima de tudo, incondicional apoio, sem o qual este trabalho não seria possível.



Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento teórico e conceptual	4
2.1 Estado da arte/revisão da literatura	4
2.1.1 Quadro teórico de referência	4
2.1.2 Conceitos estruturantes e revisão da literatura	5
2.1.2.1 Estratégia militar nacional	5
2.1.2.2 Espaço de soberania português	6
2.1.2.3 Relevância estratégica	7
2.1.2.4 Documentação estratégica da OTAN e UE	8
2.2 Modelo de análise	12
3. Metodologia e método	13
3.1 Metodologia	13
3.2 Método	13
3.2.1. Participantes e procedimento	13
3.2.2. Instrumento(s) de recolha de dados	14
3.2.3. Técnica(s) de tratamento dos dados	14
4. Relevância do espaço de soberania português para a OTAN e para a UE	15
4.1 Agressão militar e conflitos geopolíticos	15
4.2 Ameaças híbridas	17
4.3 Terrorismo e crime organizado	20
4.4 Alterações climáticas	21
4.5 Síntese conclusiva e resposta à questão derivada 1	22
5. Capacidade estratégica militar nacional atual, no quadro dos compromissos internacionais assumidos	24
5.1 Dos fins, dos métodos e dos meios	24
5.2 Da adequabilidade, da aceitabilidade e da exequibilidade	26
5.3 Síntese conclusiva e resposta à questão derivada 2	28
6. Contributos estratégico-militares nacionais para uma maior relevância do espaço de soberania português no âmbito da OTAN e da UE	29
7. Conclusões	32
Referências bibliográficas	37



Índice de Anexos

Anexo A – Missões, áreas de capacidade e capacidades do Sistema de Forças..... Anx A - 1

Índice de Apêndices

Apêndice A – Corpo de conceitos enquadrantes Apd A - 1

Apêndice B – Entidades entrevistadas..... Apd B - 1

Apêndice C – Guiões das entrevistas Apd C - 1

Apêndice D – Resultados das entrevistas Apd D - 1

Apêndice E – Comparação das principais ameaças e desafios
à segurança na OTAN, UE e Portugal Apd E - 1

Apêndice F – Cenários de emprego das Forças Armadas Apd F - 1

Apêndice G – Objetivos estratégicos militares..... Apd G - 1

Apêndice H – Cenários, ações estratégico-militares e missões das Forças
Armadas Apd H - 1

Índice de Figuras

Figura 1 – Áreas dos planos de defesa regionais e respetivos comandos de forças
da OTAN..... 10

Figura 2 – Mapa dos cabos submarinos que ligam Portugal ao mundo 18

Figura 3 – Principais funcionalidades conferidas pelo espaço de soberania português 23

Índice de Quadros

Quadro 1 – Modelo de análise..... 12

Quadro 2 – Evolução dos efetivos militares das Forças Armadas entre 2015 e 2024..... 27

Quadro 3 – Principais lacunas/necessidades no âmbito das capacidades/equipamentos 28

Quadro 4 – Lista de entidades entrevistadas Apd B - 1

Quadro 5 – Questões agrupadas por assunto e tipologia Apd C - 1

Quadro 6 – Principais ameaças e desafios à segurança na OTAN, UE e Portugal . Apd E - 1

Quadro 7 – Cenários e subcenários de emprego das Forças Armadas Apd F - 1

Quadro 8 – Objetivos estratégicos militares nacionais e respetivos cenários Apd G - 1

Quadro 9 – Cenários, ações estratégico-militares e missões das Forças Armadas.. Apd H - 1



Resumo

O presente trabalho analisa a relevância estratégico-militar do espaço de soberania português, em particular, para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e para a União Europeia (UE).

A metodologia de investigação incluiu os seguintes processos e técnicas: abordagem dedutiva, metodologia qualitativa e estudo de casos. Os dados foram recolhidos através da análise documental e entrevistas, recorrendo-se a ferramentas de análise estratégica para o seu tratamento.

Dos resultados obtidos releva o contributo do espaço de soberania português para a mitigação das principais ameaças para a OTAN e UE, através das seguintes funcionalidades: vigilância e monitorização do Atlântico; *enablement* e mobilidade militar; profundidade estratégica e envolvimento nacional; combate às ameaças híbridas; promoção da resiliência; combate ao terrorismo e crime organizado; e mitigação das alterações climáticas.

Da análise da estratégia militar nacional neste âmbito, resulta a sua adequabilidade geral quanto aos fins, aceitabilidade quanto aos métodos, mas insuficiência de meios quanto à exequibilidade. Os principais contributos estratégico-militares para uma maior relevância do espaço de soberania português envolvem: reforço e modernização da Forças Armadas; reforço da presença e vigilância no Atlântico; desenvolvimento e requalificação de infraestruturas estratégicas; ciberdefesa e resiliência contra ameaças híbridas; e participação ativa em missões, projetos e cooperação internacional.

Palavras-chave: Espaço de Soberania Português; Estratégia Militar Portuguesa; Forças Armadas Portuguesas; Relevância Estratégica; Segurança Euro-atlântica.



Abstract

This study analyses the strategic-military relevance of the Portuguese sovereign area, particularly for the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and the European Union (EU).

The research employed a number of tools and methods, such as, deductive approach, qualitative methodology, and case study analysis. Data were collected through document analysis and interviews, supported by strategic analysis tools.

Findings highlight the Portuguese sovereign area's contribution to address major threats to NATO and the EU through several key functions: Atlantic surveillance and monitoring, military enablement and mobility, strategic depth and national engagement, countering hybrid threats, promoting resilience, combating terrorism and organized crime, and addressing climate change impacts.

The analysis of Portugal's national military strategy in this realm reveals its suitability in terms of objectives and acceptability in terms of methods, but a lack of sufficient means for its full implementation. Major national strategic-military contributions for enhancing the value of the Portuguese sovereign area, within the NATO and EU, requires reinforcing and modernizing the Armed Forces, increasing Atlantic presence and surveillance, developing and upgrading strategic infrastructure, strengthening cyber defense and resilience against hybrid threats, and actively participating in missions, projects, and international cooperation.

Keywords: *Portuguese Sovereign Area; Portuguese Military Strategy; Portuguese Armed Forces; Strategic Relevance; Euro-Atlantic Security.*



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AEP	Agência Espacial Portuguesa
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ARF	<i>Allied Reaction Force</i>
ASW	<i>Anti-Submarine Warfare</i>
C2	Comando e Controlo
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Conceito Estratégico Militar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPOG	Curso de Promoção a Oficial General
CRCEDN	Conselho de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional
DDA	<i>Defence and Deterrence of the Euro Atlantic Area</i>
DGRDN	Direção-Geral de Recursos de Defesa Nacional
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EMN	Estratégia Militar Nacional
EU	<i>European Union</i>
FFAA	Forças Armadas
FSS	Forças e Serviços de Segurança
IA	Inteligência Artificial
MIFA	Missões das Forças Armadas
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PIB	Produto Interno Bruto
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
SF	Sistema de Forças
SLOC	<i>Sea Lines of Communication</i>
TII	Trabalho de Investigação Individual
TN	Território Nacional



UAV	<i>Unmanned Aerial Vehicle</i>
UE	União Europeia
ZEE	Zona Económica Exclusiva



1. Introdução

A realidade estratégica mudou radicalmente nos últimos anos (Conselho de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional [CRCEDN], 2023, p.5). Além das denominadas “ameaças compartilhadas”¹, dinâmicas conflituais como a anexação russa da Crimeia em 2014, a invasão da Ucrânia em 2022, a capacitação militar chinesa em curso, ou os questionamentos sobre a robustez dos laços que formam a Aliança Atlântica, são indicadores claros desta mudança, em que a predominância da *Global War on Terrorism* cede passo à velha *Power Politics* e o Poder dos Estados volta a determinar a realidade geopolítica global.

Neste contexto, diversas ameaças materializam-se através de novas tipologias e formas de concretização, mais sofisticadas, representando desafios técnicos, táticos e até éticos: a incorporação da Inteligência Artificial (IA), a profusão e utilização de sistemas não tripulados, a proliferação de armas de destruição maciça - com vetores e sistemas de armas com maior alcance, letalidade e precisão -, as ameaças híbridas e o uso hostil de tecnologias emergentes e disruptivas, aumentando a necessidade de resiliência e proteção de infraestruturas críticas.

Muitas destas ameaças e novos sistemas de armas encontram nos espaços comuns globais - o ciberespaço, os mares e os espaços aéreo internacional e espacial - um terreno fértil para o seu desenvolvimento e concretização, colocando importantes desafios à segurança nacional e internacional (CRCEDN, 2023, p. 10).

Neste quadro, as principais alianças que Portugal integra - a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia (UE) - têm vindo a adaptar-se e a tomar medidas para, no âmbito da segurança e defesa, combater estas novas dinâmicas; a OTAN aprovou em junho de 2022 um novo “Conceito Estratégico”, seguindo-se à aprovação por parte da UE, em março do mesmo ano, do seu documento estrutural em matéria de segurança e defesa, intitulado “Bússola Estratégica para a Segurança e Defesa”.

Em Portugal a documentação estratégica de defesa nacional vigente² tem mais de dez anos, sendo reconhecida a necessidade de a rever, adaptando a defesa nacional às principais transformações no ambiente geoestratégico (CRCEDN, 2023, p. 2).

¹ Na sua grande maioria ameaças e riscos de cariz transnacional (Borges, 2024, p.19).

² De particular relevo no contexto deste trabalho de investigação são o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), aprovado em 2013, o Conceito Estratégico Militar (CEM), as Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA), e o Sistema de Forças (SF), aprovados em 2014.



Como qualquer documento enquadrador de uma *Grande Estratégia*, o novo CEDN, ou equivalente, deverá identificar, entre outros, os fins, métodos, meios e ameaças aos interesses nacionais, em que a geografia do espaço nacional, definida pelo triângulo estratégico formado pelo território continental e pelos arquipélagos da Madeira e dos Açores, merecerá seguramente destaque primacial, como aliás aconteceu em todos os anteriores CEDN.

De facto, a morfologia triangular e atlântica da geografia física nacional sempre teve um papel estratégico relevante ao longo da existência lusa enquanto nação, seja no âmbito do reforço rápido da Europa, da profundidade estratégica em caso de ataque, do apoio logístico a operações militares no teatro europeu ou africano, da segurança marítima e do controlo aeronaval, do apoio e controlo de comunicações intercontinentais, entre outros.

É neste contexto estratégico geral que o presente estudo encontra o enquadramento para a importância do espaço de soberania português na atual conjuntura.

Considera-se assim que a necessidade de investigação da presente temática é justificada, resumidamente, pelas seguintes razões; para a OTAN e UE, por motivos diferentes, o território português foi relevante no passado, importando analisar a sua importância na atualidade; é pertinente verificar da atualidade da documentação estratégica nacional, em particular no âmbito estratégico-militar; não é conhecida nenhuma obra ou estudo recente que trate as particularidades do presente estudo; e, por fim, entende-se que a investigação poderá ser um contributo para a afirmação da estratégia militar enquanto área do conhecimento científico.

Neste quadro, o objeto da presente investigação é o *espaço de soberania português*, na perspetiva da sua importância estratégico-militar. No sentido de evitar a dispersão no estudo do assunto em causa entende-se útil delimitar o tema nos domínios temporal, espacial e de conteúdo.

No *domínio temporal*, julga-se apropriado circunscrever a investigação ao período compreendido entre 2013 e a atualidade. A razão prende-se com o facto de ter sido em 2013 que entrou em vigor um dos referentes principais desta investigação, que é o CEDN. Por outro lado, a invasão da Ucrânia em 2022 e consequentes adaptações da OTAN e UE, em curso, são dinâmicas estratégicas de tal forma relevantes que justificam a *atualidade* como limite temporal superior.

No *domínio espacial*, em virtude do objeto de estudo adotado – o espaço de soberania português –, a delimitação centra-se no espaço definido pelos vértices do triângulo nacional



formado pelo território continental e pelos arquipélagos da Madeira e dos Açores, correspondente espaço interterritorial, e os espaços aéreos e marítimos sob responsabilidade ou soberania nacional.

No *domínio dos conteúdos*, ao centrar o estudo no âmbito da área científica da Estratégia Militar importa circunscrever a investigação à dimensão militar portuguesa das três disciplinas da Estratégia; neste âmbito, a investigação é limitada à análise de obras, artigos e documentação estratégica relevante não classificada, seja de Portugal, da OTAN ou da UE.

Sendo a definição clara dos objetivos de investigação um requisito fundamental da investigação académica, define-se como **Objetivo Geral (OG) o seguinte**: propor medidas estratégico-militares que possam contribuir para uma maior relevância do espaço de soberania português para a OTAN e UE.

De modo a conhecer melhor o grau de cumprimento do OG, e a sua decomposição em aspetos mais elementares, estabelecem-se como **Objetivos Específicos (OE)** os seguintes:

- **OE1**: Analisar as potencialidades estratégicas do espaço de soberania português para OTAN e para a UE.

- **OE2**: Analisar a capacidade estratégica militar nacional atual para assegurar a defesa do espaço de soberania português, no quadro dos compromissos internacionais assumidos.

Como fio condutor da investigação, foi definida a seguinte **Questão Central**: *Que medidas estratégico-militares nacionais poderão contribuir para uma maior relevância do espaço de soberania português no âmbito da OTAN e da UE?*

Em termos de estrutura, este documento está organizado em sete capítulos. Depois desta introdução faz-se o enquadramento teórico conceptual. Segue-se a metodologia e método utilizados, após os quais se analisa a relevância do espaço de soberania português para a OTAN e para a UE. Posteriormente detalha-se a capacidade estratégica militar nacional e apresentam-se os contributos estratégico-militares para uma maior relevância do espaço de soberania português, no quadro da OTAN e UE, apresentando-se, no final, as conclusões.



2. Enquadramento teórico e conceptual

O presente trabalho de investigação individual (TII) é realizado no âmbito da área científica principal do *Estudo das Crises e dos Conflitos Armados*, envolvendo alguns elementos de investigação nas áreas das *Operações Militares* e das *Técnicas e Tecnologias Militares*. Centrou-se a investigação na área científica secundária da *Estratégia Militar*, não deixando de incluir outras subáreas e conceitos que se enquadrem no seu corpo axiomático.

2.1 Estado da arte/revisão da literatura

2.1.1 Quadro teórico de referência

Para um adequado enquadramento teórico e conceptual julga-se pertinente tecer breves considerações sobre o âmbito e o objeto da estratégia militar, enquanto ramo de especialização do estudo das crises e dos conflitos armados.

Relativamente ao âmbito da estratégia militar, aceita-se de uma forma simples a sua subordinação à *Grande Estratégia* e às decisões políticas, por um lado, bem como o seu papel enquadrador nas opções operacionais e táticas no quadro do emprego da força militar, por outro (Escorrega, 2013, p. 239). Contudo, importa perceber melhor o seu âmbito conceptual, relacionando-a com a sua enquadrante superior – a *Estratégia*.

Em Portugal, no quadro dos estudos estratégicos, é geralmente aceite a definição de *Estratégia* proposta pelo General Abel Cabral Couto, revista em 1998, de “ciência e arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar objetivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objetivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (ambiente agónico)” (Couto, 2004, p. 215).

Estratégia nacional envolve, pois, todos os elementos do poder nacional (que poderão servir também como forma de coação) que, por sua vez, são a base das respetivas “estratégias gerais”: económica, psicológica, política e militar, etc. Como já referido, à estratégia compete utilizar recursos, mas igualmente desenvolvê-los e organizá-los tendo em vista os objetivos estabelecidos. Assim, devem distinguir-se os aspetos operacionais (ligados à utilização e emprego dos meios), os aspetos genéticos (relacionados com a geração e criação de novos meios) e os aspetos estruturais (correspondentes à composição, organização ou



articulação dos meios); na teoria da estratégia estes três aspetos denominam-se as suas disciplinas ou sub-estratégias (Ribeiro, 2009, p. 33).

Feito o enquadramento genérico do campo de atuação (âmbito) da estratégia militar importa tecer um breve comentário sobre o seu objeto: o instrumento militar, materializado pelas Forças Armadas (FFAA). Estas, como refere Santos, consubstanciam o fator militar do potencial estratégico, constituem a última garantia do poder do Estado e têm a finalidade de afirmar o poder nacional, em conjugação com todos os outros vetores (2012, pp. 18-19).

2.1.2 Conceitos estruturantes e revisão da literatura

Contextualizada a temática no respetivo campo de estudos, importa identificar os conceitos mais relevantes. Pese embora haja uma plêiade de *conceitos enquadrantes* (ver Apêndice A) que serão utilizados ao longo da investigação, interessa analisar os *conceitos estruturantes: estratégia militar nacional, espaço de soberania português e relevância estratégica*.

2.1.2.1 Estratégia militar nacional

Sobre *estratégia militar nacional*, entende-se que a sua caracterização principal já foi feita no quadro teórico de referência, seja no seu âmbito ou no seu objeto, faltando, contudo, abordar a documentação estratégica nacional.

A documentação estratégica nacional relevante para a presente investigação envolve o CEDN, aprovado em 2013, e a documentação estratégico-militar resultante, aprovada em 2014, onde são definidas genericamente as missões, a organização e as capacidades do instrumento militar nacional; compreende o CEM, as MIFA, o SF e o Dispositivo de Forças (DIF). Além destes documentos, existem nos Ramos e no Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) diretivas estratégicas que importa ter em consideração.

Sobre a estrutura, conteúdos e finalidade do edifício estratégico-militar nacional em vigor, há obras e trabalhos académicos recentes que o caracterizam adequadamente, em diversas dimensões de análise. Realça-se a obra coordenada por Andrade, Santos, & Correia (2019), que aborda de forma exaustiva o desenvolvimento de capacidades militares no quadro do ciclo de planeamento militar nacional; também são relevantes alguns TII do CPOG, principalmente nos seguintes âmbitos: o planeamento estratégico de defesa nacional



e o enquadramento do planeamento estratégico militar nacional (Loureiro, 2023), o conceito estratégico militar atual, quer no âmbito da forma, quer do conteúdo e atualidade (Cruz, 2023); ou o impacto dos conflitos de alta intensidade, como no caso da Ucrânia, na estratégia militar nacional (Jacinto, 2023).

Há ainda diversos autores e artigos relevantes neste âmbito, que tratam da atualidade dos conceitos estratégicos de defesa nacional e militar face à invasão da Ucrânia, e consequentes impactos estratégicos, como o General Pinto Ramalho e as suas reflexões sobre o CEDN em vigor (Ramalho, 2023), ou o Major-General Vieira Borges com a perspetiva dos impactos da Guerra da Ucrânia no instrumento militar nacional e desafios (Borges, 2024).

2.1.2.2 Espaço de soberania português

O conceito de “espaço de soberania” remete *lato sensu* para aqueles espaços do Território Nacional (TN), terrestre, marítimo e aéreo, onde cada Estado exerce plena autoridade, não reconhecendo autoridade superior no plano externo.

No campo militar, em Portugal, o espaço de soberania tem estado tradicionalmente associado às missões de vigilância e controlo, incluindo a fiscalização, o policiamento aéreo e a vigilância terrestre, dos espaços sob soberania e jurisdição nacional a fim de garantir a soberania, o cumprimento da lei e a salvaguarda dos interesses nacionais (Conselho de Chefes de Estado-Maior [CCEM], 2014a, p.4). No âmbito da temática em estudo este conceito, *per se*, pode ser limitador porque, de acordo com as MIFA2014, o seu âmbito se resume aos “planos da segurança, da preservação e da proteção ambiental e da prevenção da criminalidade” (CCEM, 2014a, p. 4).

Assim, para efeito da presente investigação, considera-se espaço de soberania português como o espaço de interesse estratégico que corresponde ao TN - Portugal continental, Açores e Madeira - bem como o espaço interterritorial e os espaços aéreos e marítimos sob responsabilidade ou soberania nacional.

É um conceito que envolve as vertentes territorial, estratégica e jurídica, próximo do conceito de *Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP)*³ definido nas MIFA2014, mas que no âmbito dos objetivos desta investigação se julga adequado por abranger as dimensões mais relevantes

³ Cfr. definição no Apêndice A.



Existem diversos autores e obras publicadas, mais até no âmbito concetual da geopolítica e do direito internacional, realçando-se, contudo, alguns artigos e autores como Leal (2007), que faz uma análise geopolítica e geoestratégica de Portugal, ou Fernandes (2014), que no quadro da geopolítica do Atlântico analisa a atualidade do triângulo estratégico português. Pela sistematização feita e pelas conclusões retiradas é ainda de realçar o artigo de Gomes (2022, p. 138) sobre as funções estratégicas dos Açores, as quais tipifica como: (1) teatro de refúgio; (2) reunião de forças; (3) plataforma de invasão; (4) apoio logístico; (5) estação informativa; e (6) trunfo diplomático.

No contexto da presente investigação, são ainda incontornáveis as obras do Comandante Virgílio de Carvalho, em particular “Cumprir agora Portugal” (Carvalho, 1987) e “A importância do mar para Portugal” (1995) onde escarpeliza a importância do geofator português para diversos países e organizações internacionais, das que se realça a OTAN. Apesar de já terem sido publicadas há alguns anos, muitos dos aspetos aí mencionados ganham nova atualidade em virtude das semelhanças contextuais que agora se vivem, em particular, relacionadas com a importância do triângulo estratégico português para as operações militares em caso de confrontação com a Rússia.

2.1.2.3 Relevância estratégica

Este é um conceito que, no campo de estudos em causa, nos remete para a importância relativa de Portugal, ou de alguma das suas dimensões, no contexto estratégico internacional. Importa neste particular abordar dois conceitos notabilizados entre nós por Adriano Moreira – o do *poder funcional* e o da *soberania de serviço* – pela sua aplicabilidade à presente temática.

O *poder funcional*, detido pelos pequenos Estados, remete-nos para a “detenção de uma situação geográfica, de minerais raros, de fontes de energia como o petróleo, elementos que são indispensáveis ao funcionamento dos sistemas internacionais e que, portanto, também dão ao seu detentor a capacidade de *disfuncionar* tais sistemas” (Moreira, 1999, p. 438), conferindo aos seus detentores uma capacidade externa desproporcionada relativamente aos restantes fatores do Poder Nacional; a *soberania de serviço* invoca que “a reformulação das soberanias tende para as fazer corresponder a um modelo de soberania de



serviço, cuja legitimidade reconhecida depende da prestação feita a favor da solidariedade interna e transnacional”⁴ (Moreira, 2003, p. 15).

Entende-se assim que, neste contexto, fatores como a localização privilegiada e as possibilidades que tal permite, ou os serviços que pode prestar à comunidade internacional em diversas áreas, podem contribuir para a relevância estratégica nacional no âmbito da OTAN ou da UE, haja a capacidade nacional residente para tal.

Não se conhecem muitas obras e autores que tratem deste conceito em particular; releva a abordagem feita por Manen, Wijk, Dick, e Sweijts (2022) que o definem, caracterizam e quantificam, aplicando-o ao caso dos Países Baixos. Baseiam a relevância estratégica no grau de influência que um país exerce no sistema internacional e na dimensão e natureza da sua relação com outros países ou organizações, quantificando-a em quatro domínios: militar, económico, político e judicial. De mais interesse para o presente estudo é a descrição do domínio militar, caracterizando-o como a “medição das capacidades de coação militar de um Estado” (Manen et al., 2022, p. 9) e associando a respetiva relevância à aptidão de um país para fazer a guerra e proteger os seus aliados (Manen et al., 2022, p. 11).

2.1.2.4 Documentação estratégica da OTAN e da UE

2.1.2.4.1 OTAN

Ao longo da sua história a OTAN tem-se adaptado continuamente aos desafios securitários, ajustando também a sua documentação estratégica. Na última década, e em particular depois da anexação da Crimeia pela Rússia, a OTAN tem vindo a reformular os seus planos e estruturas no sentido de reforçar a sua capacidade de dissuasão e de defesa coletiva.

Em 2020 aprovou o *Conceito para a Dissuasão e Defesa da Área Euro-Atlântica* (DDA), proporcionando um novo enquadramento para os Aliados contestarem, dissuadirem e se defenderem contra as principais ameaças – Rússia e Grupos Terroristas (Organização do Tratado do Atlântico Norte [OTAN], 2024a). O conceito baseia-se em cinco pilares: 1) defesa do território da Aliança em 360º; 2) integração dos planos de defesa nacionais no

⁴ I.e., um Estado cuja intervenção seja considerada útil à comunidade, pela qualidade e importância dos serviços prestados.



planeamento da OTAN; 3) vigilância contínua em todos os domínios para dissuadir agressores; 4) reforço de forças organizado por área geográfica, prontidão e dimensão; e 5) flexibilidade operacional-estratégica e operações multidomínio, em toda a área de responsabilidade (Covington, 2023).

Na sequência do conceito DDA, em 2021 foram aprovados pela Aliança dois importantes documentos: a *Agenda NATO 2030* e o *NATO Warfighting Capstone Concept*.

A *Agenda NATO 2030* é um plano que visa fortalecer a Aliança e prepará-la para os desafios futuros. Serviu de base ao conceito estratégico de 2022 e define como medidas principais o aprofundamento da consulta e coordenação política, o fortalecimento dos mecanismos de dissuasão e defesa, a melhoria da resiliência coletiva e dos estados-membros e a preservação da vanguarda tecnológica da Aliança (2021).

O *NATO Warfighting Capstone Concept* visa desenvolver e manter a superioridade militar decisiva da Aliança, orientando a evolução das capacidades militares em cinco áreas principais: superioridade cognitiva, resiliência estratificada, influência e projeção de poder, comando e controlo nos diversos domínios e defesa multidomínio integrada (OTAN, 2023a).

Em 2022, na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia, foi aprovado o *conceito estratégico da OTAN 2022*, onde são definidas as ameaças e desafios para a Aliança, destacando-se: 1) a Rússia como a principal ameaça; 2) as ambições e políticas coercivas da China como um desafio à segurança euro-atlântica, 3) o terrorismo como ameaça persistente; e 4) diversas ameaças e desafios globais e interligados, incluindo as alterações climáticas, as tecnologias emergentes e disruptivas, e a erosão da arquitetura de controlo de armas, desarmamento e não-proliferação. O conceito identifica como tarefas-chave a defesa e dissuasão, a prevenção e gestão de crises e a segurança cooperativa, enfatizando a necessidade de resiliência nacional e coletiva, referindo que vulnerabilidades e dependências estratégicas (em infraestruturas críticas, cadeias de abastecimento, energia, etc.) podem tornar-se riscos de segurança (OTAN, 2022).

Ainda no âmbito do edifício que resulta do conceito DDA, importa uma breve referência a duas iniciativas que sustentam as adaptações estratégico-militares da Aliança no âmbito estrutural e operacional: o novo modelo de forças da OTAN e a nova família de planos DDA.

O *novo modelo de forças* substitui a *NATO Response Force* por uma estrutura de forças organizada em três níveis de prontidão, incluindo uma *Allied Reaction Force* (ARF) (Deni, 2024). A nova *família de planos DDA*, inclui diversos planos de defesa, integrados



O espaço de soberania português como campo de ação no quadro da OTAN e da UE. Contributos para um modelo estratégico de abordagem à relevância estratégica nacional na OTAN e UE.

com os planos nacionais, realçando-se os planos regionais (cfr. Figura 1) e os planos estratégicos para os diversos domínios (aéreo, terrestre, marítimo, forças de operações especiais, cibernético e espacial) (Covington, 2023).

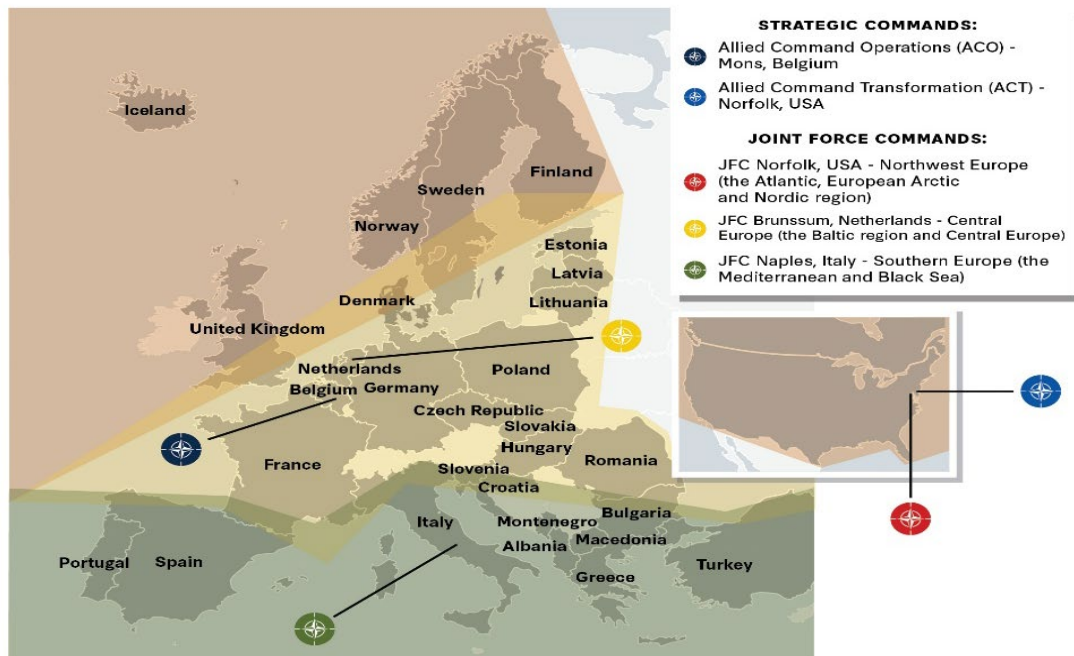


Figura 1 – Áreas dos planos de defesa regionais e respetivos comandos de forças da OTAN

Fonte: Disponível em Monaghan et al. (2024)

2.1.2.4.2 UE

No quadro da Política Externa e de Segurança Comum e da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), a documentação estratégica da UE compreende diversos instrumentos e mecanismos que, no âmbito do presente trabalho, apelam a uma maior participação e relevância de Portugal, realçando-se a Bússola Estratégica, a Estratégia de Segurança Marítima, a Estratégia Espacial da UE para a Segurança e a Defesa, e o Livro Branco sobre a Defesa Europeia — Prontidão 2030.

A *Bússola Estratégica*, aprovada em março de 2022, é um plano de ação que visa robustecer a segurança e defesa da UE, tendo como objetivo principal dotar a União de maior autonomia, capacidade e agilidade para enfrentar ameaças como: 1) agressão militar e conflitos geopolíticos; 2) ameaças híbridas e cibernéticas; 3) terrorismo e crime organizado; 4) mudanças climáticas e crises humanitárias; e 5) armas de destruição em massa e corrida armamentista (União Europeia [UE], 2022, pp. 11-12).



A **Estratégia de Segurança Marítima** é um plano que visa proteger os interesses marítimos da UE. Revista em 2023⁵, faz uma análise abrangente de ameaças e desafios, realçando-se: 1) *concorrência geopolítica*, como disputas territoriais, concorrência por recursos e ameaças à liberdade de navegação; 2) *alterações climáticas e poluição marinha*; 3) *ameaças híbridas e ciberameaças*, como ataques híbridos e ciberataques; e 4) *ameaças contínuas*, como o terrorismo, pirataria, tráfico de pessoas, armas e estupefacientes e pesca ilegal (UE, 2023a, pp. 7-9).

A **Estratégia Espacial da UE para a Segurança e a Defesa**, aprovada em março de 2023, é um plano para fortalecer a resiliência dos ativos espaciais da UE e aumentar a capacidade de resposta a ameaças no espaço. Os principais objetivos envolvem: 1) a proteção de infraestruturas espaciais críticas - garantindo a segurança de sistemas como *Galileo* (navegação), *Copernicus* (observação da Terra) e *GovSatCom* (comunicação segura); 2) o reforço da resiliência e autonomia estratégica da UE; 3) a resposta a ameaças no espaço; e 4) a cooperação com parceiros internacionais (UE, 2023b).

O **Livro Branco sobre a Defesa Europeia — Prontidão 2030**, foi publicado em março de 2025 e define uma estratégia para fortalecer as capacidades de defesa da UE no sentido de a tornar mais autónoma e robusta. O documento estabelece como principais objetivos: 1) melhoria das capacidades militares⁶; 2) incremento do apoio à Ucrânia; 3) fortalecimento da indústria de defesa europeia; 4) mais investimentos conjuntos na defesa; 5) aumento da prontidão europeia para os piores cenários; e 6) fortalecimento de parcerias. Associado a este documento está um plano - **Plano ReArm Europe** - que proporciona novos meios e instrumentos financeiros aos Estados-Membros da UE no sentido de fomentar o investimento nas capacidades de defesa pan-europeias (UE, 2025a, pp. 1-2).

⁵ Originalmente era de 2014.

⁶ Identifica sete áreas/capacidades principais: defesa antiaérea; sistemas de artilharia; munições e mísseis; *Unmanned Aerial Vehicles* (UAV) e sistemas anti-UAV; mobilidade militar; tecnologias avançadas (IA, computação quântica, guerra cibernética e eletrónica); infraestruturas estratégicas (transporte aéreo, reabastecimento, capacidades marítimas e espaciais) (UE, 2025a, pp. 6-7).



2.2 Modelo de análise

Feito o enquadramento, importa apresentar as linhas condutoras da investigação, materializadas no modelo de análise sistematizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Modelo de análise

OBJETO DE ESTUDO	O espaço de soberania português, na perspetiva da sua importância estratégico-militar.				
ABORDAGEM METODOLÓGICA	Definição do raciocínio: dedutivo; Definição da estratégia: qualitativa; Desenho de pesquisa: estudo de caso.				
OBJETIVO GERAL	Propor medidas estratégico-militares que possam contribuir para uma maior relevância do espaço de soberania português para a OTAN e UE.				
QUESTÃO CENTRAL	Que medidas estratégico-militares nacionais poderão contribuir para uma maior relevância do espaço de soberania português no âmbito da OTAN e da UE?				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUESTÕES DERIVADAS	CONCEITOS ESTRUTURANTES	DIMENSÕES	INDICADORES	TÉCNICAS DE RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS
OE1. Analisar as potencialidades estratégicas do espaço de soberania português para OTAN e para a UE.	QD1. De que forma o espaço de soberania português é estrategicamente relevante para a OTAN e para a UE?	Espaço de Soberania Português	Geográfica; Estratégica	Fatores geoestratégicos; Funcionalidades estratégicas.	Análise documental (tratados, conceitos estratégicos); Entrevistas a entidades nacionais.
		Relevância Estratégica Nacional	Estratégico-militar	Interesses; Ameaças.	
OE2. Analisar a capacidade estratégica militar nacional atual para assegurar a defesa do espaço de soberania português, no quadro dos compromissos internacionais assumidos.	QD2. Em que medida o instrumento militar nacional está apto para assegurar a defesa do espaço de soberania português, no quadro dos compromissos internacionais assumidos?	Estratégia Militar Nacional	Genética; Estrutural; Operacional.	Adequabilidade (face aos fins); Aceitabilidade (face aos métodos); Exequibilidade (face aos meios).	Análise documental (tratados, conceitos estratégicos); Entrevistas a entidades nacionais.



3. Metodologia e método

Neste capítulo aborda-se a metodologia e método utilizados na presente investigação.

3.1 Metodologia

Relativamente à definição do raciocínio, optou-se por uma *abordagem dedutiva*, em que partindo de um quadro teórico consolidado – teoria geral da estratégia – se procurou uma verdade particular, neste caso as especificidades estratégico-militares do espaço de soberania português que contribuem para a sua relevância para a OTAN e UE. Optou-se ainda por omitir as hipóteses porque se entende que a natureza do objetivo da investigação e a questão central associada implicariam hipóteses demasiado amplas.

A *estratégia de investigação*, tendo em consideração o seu carácter holístico, baseou-se exclusivamente em *metodologias qualitativas*. Quanto ao *desenho de pesquisa*, em virtude da sua natureza essencialmente empírica e descritiva, elegeu-se o *estudo de caso*, sendo recolhida e analisada informação de uma unidade de observação - o espaço de soberania português.

3.2 Método

3.2.1. Participantes e procedimento

Participantes. Foram efetuadas entrevistas a especialistas (académicos e quadros superiores de entidades ligadas ao planeamento estratégico) e decisores nacionais, tendo participado na investigação quatorze entidades (cfr. Apêndice B).

Procedimento. O percurso metodológico que se seguiu foi faseado. Inicialmente, uma investigação baseada na pesquisa monográfica e documentação estratégica nacional e internacional; paralelamente, efetuou-se trabalho de campo baseado na realização de entrevistas aos participantes no estudo; posteriormente, efetuou-se a análise dos dados, conclusões e propostas de investigação, validando também assim o percurso metodológico.



3.2.2. Instrumento(s) de recolha de dados

Além da análise documental, o principal instrumento de recolha de dados foi a *entrevista qualitativa semiestruturada*, baseada em guião (cfr. Apêndice C). As entrevistas foram realizadas de forma presencial e/ou telemática, sendo as respetivas transcrições enviadas posteriormente aos entrevistados (os que o solicitaram) para validação e aprovação. Seguindo as boas práticas neste âmbito, foram apresentadas autorizações de utilização de conteúdo e as devidas salvaguardas de anonimato e/ou confidencialidade.

3.2.3. Técnica(s) de tratamento dos dados

Além da análise documental e da síntese das ideias-chave das entrevistas, agrupadas por indicador, foram utilizadas ferramentas utilizadas no planeamento estratégico, como a análise *fins-métodos-meios*⁷, mas também as “provas da estratégia” – *adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade* – para verificação da sua validade (Ribeiro, 2009, p. 27). As dimensões e os indicadores estão relacionados com o âmbito da estratégia, principalmente no que concerne à geração, organização e emprego dos meios para atingir objetivos.

⁷ *Ends-Ways-Means*; criada por Arthur Lykke, no âmbito da teorização sobre estratégia militar (Lykke, 2001).



4. Relevância do espaço de soberania português para a OTAN e para a UE

Como referido anteriormente, é reconhecida a importância do espaço de soberania português ao longo da história. A disponibilização de funcionalidades estratégicas em favor de interesses aliados e a capacidade de “articulação com outros espaços geopolíticos, através da sua inserção em espaços multilaterais” (J. Palmeira, entrevista por email, 31 de março de 2025), tem permitido maximizar o *poder funcional* português no concerto das nações.

Além de importantes infraestruturas aeroportuárias e de uma relevante Zona Económica Exclusiva (ZEE) Portugal possui uma localização geoestratégica singular na confluência do Atlântico Norte, Mediterrâneo Ocidental e Atlântico Sul, tornando-se um ponto nevrálgico para a mitigação das ameaças no âmbito da segurança euro-atlântica.

Neste quadro, importa analisar os interesses e a relevância do espaço de soberania português face às principais ameaças e desafios estratégicos para a OTAN e UE⁸, agrupados em quatro áreas: 1) agressão militar e conflitos geopolíticos; 2) ameaças híbridas e cibernéticas; 3) terrorismo e crime organizado; e 4) mudanças climáticas e crises humanitárias.

4.1 Agressão militar e conflitos geopolíticos

Tanto a OTAN como a UE consideram a agressão militar por parte da Rússia à Europa como a principal ameaça à segurança europeia. De acordo com o conceito estratégico da OTAN, os objetivos da Rússia na região europeia envolvem: a desestabilização de países a leste e a sul da Europa; a interrupção dos reforços aliados e a liberdade de navegação no Atlântico Norte; e o aumento de meios militares nas regiões do Báltico, do Mar Negro e do Mediterrâneo (OTAN, 2022, p. 4). Para fazer face a esta ameaça, Portugal tem um papel relevante em diversas áreas.

Vigilância e monitorização do Atlântico. No quadro do conceito DDA, as atividades de vigilância são fundamentais para a defesa e dissuasão euro-atlântica, em particular na monitorização de meios militares russos de superfície, subsuperfície e aéreos (Allied Maritime Command, 2024). A posição atlântica de Portugal comete ao país uma importante participação na vigilância das principais rotas marítimas internacionais e no controlo do

⁸ Apesar dos esforços recentes na defesa da ordem europeia de segurança e na capacitação de defesa, a UE reconhece que a OTAN continua a ser a base da defesa coletiva dos seus membros, pelo que na maior parte das situações partilha e complementa as estratégias definidas pela Aliança Atlântica (UE, 2022, p. 2).



espaço aéreo estratégico, contribuindo para a dissuasão no Atlântico e “prevenindo ameaças híbridas, como a atividade submarina hostil, o crime organizado e o tráfico ilícito” (J.M. Sousa, entrevista por email, 28 de março de 2025).

Neste âmbito, é de realçar o prestígio, influência e proventos que Portugal pode também retirar da correta assunção das responsabilidades na monitorização e segurança do transporte marítimo e aéreo no Atlântico, particularmente as que decorrem do sistema de busca e salvamento, do controlo de tráfego aéreo ou da segurança marítima (Escorrega, 2010, p. 14).

Enablement e mobilidade militar. A OTAN define *enablement*⁹ como o conjunto de atividades associadas ao planeamento militar, que visam a criação de condições para o reforço e sustentação das forças em tempo de paz, de crise ou de conflito (2025). Com importância renovada em virtude da ação militar russa na Ucrânia, a OTAN reconhece o papel central do *enablement* e da logística no apoio às operações militares, tendo inclusive criado um comando operacional¹⁰ cuja missão principal é garantir que as forças da Aliança se possam movimentar rapidamente e em grande escala quando necessário (Sollfrank & Boeke, 2024, p. 16). Fundamental para o *enablement* é o conceito de *Reinforcement and Sustainment Network* (RSN), uma rede de portos, aeroportos e corredores de mobilidade que conduzem a potenciais áreas de emprego (Sollfrank & Boeke, 2024, p. 16).

Neste âmbito, o apoio dos estados-membros é vital, garantindo que as forças estão habilitadas a entrar, transitar, alcançar e operar de forma eficaz e rápida em todo o território da Aliança com as estruturas de apoio e meios necessários (OTAN, 2025a). Além das infraestruturas aeroportuárias e campos militares¹¹ que possui nos três vértices do triângulo estratégico nacional, “a posição geográfica de Portugal facilita a receção, sustentação e trânsito de forças aliadas, consolidando o seu contributo para a mobilidade militar da Aliança” (P.J. Mateus, entrevista por videochamada, 20 de fevereiro de 2025).

Profundidade estratégica e envolvimento nacional. A relevância do espaço de soberania português relaciona-se não só com a profundidade estratégica que o território português confere, mas também com a participação de forças de combate portuguesas no âmbito da família de planos DDA.

⁹ Na UE, o equivalente é a “mobilidade militar”, referindo-se às atividades que facilitam e permitem o reforço de forças (Sollfrank & Boeke, 2024, p. 12).

¹⁰ O *Joint Support and Enabling Command* (JSEC).

¹¹ Como a Base Naval de Lisboa, o Porto de Sines, a Base Aérea das Lajes nos Açores, o Aeródromo de Manobra N.º 3 em Porto Santo, ou o Campo Militar de Santa Margarida.



A profundidade estratégica que o espaço de soberania português proporciona, relativamente aos teatros de operações no centro e leste da Europa, “confere-lhe um papel crítico como retaguarda segura para a OTAN e UE” (J.M. Sousa, *op. cit.*).

No quadro da família de planos DDA, em que os planos de defesa nacionais são integrados com os planos regionais da Aliança, as forças militares nacionais poderão participar e ter tarefas no espectro total das suas missões e capacidades. A tipologia, local e nível da participação de forças portuguesas nos três níveis de prontidão e/ou da ARF, resultará principalmente da negociação e aceitação de compromissos no âmbito da defesa coletiva, dentro ou fora do espaço de soberania nacional.

4.2 Ameaças híbridas

As ameaças híbridas referem-se geralmente a atividades que são planeadas e realizadas com fins maliciosos, comprometendo Estados e instituições através de uma variedade de meios, muitas vezes combinados, incluindo manipulação da informação, ciberataques, influência ou coação económicas, manobras políticas dissimuladas, diplomacia coerciva ou ameaças de força militar (UE, 2025b).

As ameaças híbridas aparecem como cimeiras nas listas de ameaças da OTAN e da UE, havendo inclusive uma cooperação muito próxima neste domínio entre ambas as organizações (OTAN, 2024b); contudo, e apesar da existência e incremento de instrumentos para o combate coletivo às ameaças híbridas, a principal responsabilidade pela luta contra estas ameaças cabe a cada Estado-Membro (UE, 2025b).

Para fazer face a esta ameaça, o espaço de soberania português pode ter um papel relevante no seu combate, mas também no âmbito da promoção da resiliência.

Combate às ameaças híbridas em diversos domínios. Em virtude da sua localização, das suas infraestruturas críticas, ou das suas responsabilidades no âmbito das organizações internacionais que integra, Portugal tem um papel importante no combate às ameaças híbridas, em particular nos domínios marítimo, do ciberespaço e espacial.

No domínio marítimo, Portugal tem jurisdição sobre cerca de metade das águas marinhas da UE, e sobre uma vasta área de solo e subsolo marinhos no Atlântico Nordeste, facto que ilustra a relevância do espaço de soberania português para a UE, mas também as responsabilidades acrescidas que Portugal tem de assumir nas questões ligadas à governação e segurança do oceano, em que o combate às ameaças híbridas em ambiente marinho



representa um aspeto importante (Resolução do Conselho de Ministros [RCM] n.º 68/2021, de 06 de maio, 2021).

Acresce ainda o facto de as águas nacionais serem atravessadas por cerca de 10% do total dos cabos submarinos internacionais (cfr. Figura 2) - cruciais para a resiliência da rede global de telecomunicações – tendo Portugal um papel relevante na monitorização da estrutura e respetiva proteção física¹² e na promoção da cooperação internacional (Barros & Bernardino, 2025, p. 1).

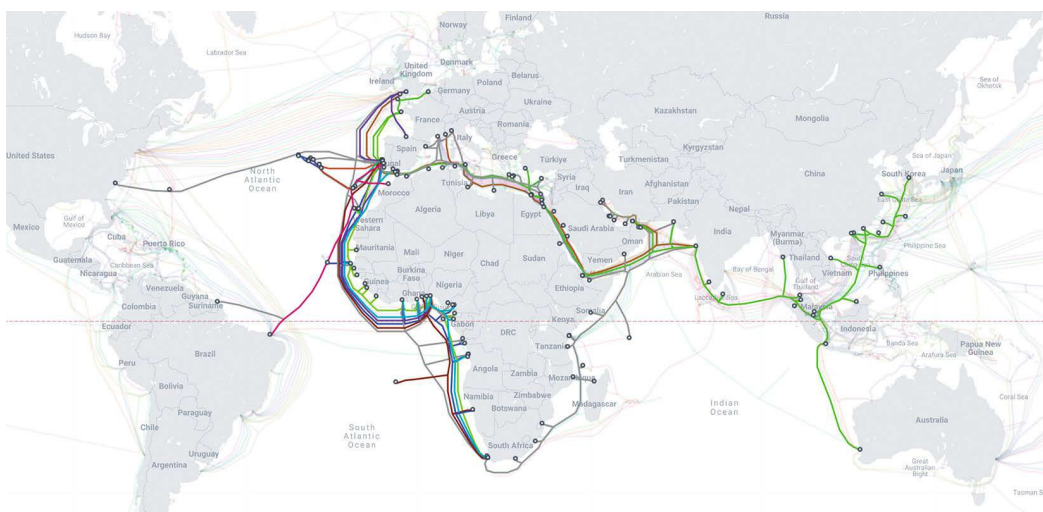


Figura 2 – Mapa dos cabos submarinos que ligam Portugal ao mundo

Fonte: (Radovcic & Rendek, 2024)

Os ciberataques e a cibercriminalidade estão a aumentar em toda a Europa, tanto em número como em grau de sofisticação, devendo essa “tendência continuar a aumentar no futuro” (UE, 2024), degradando a infraestrutura crítica, interferindo nos serviços governamentais, extraindo informações, roubando propriedade intelectual e impedindo atividades militares (OTAN, 2022, p. 5).

Tal como no resto da Europa, também em Portugal o número de ataques cibernéticos tem crescido de forma alarmante nos últimos três anos, não só no âmbito da cibercriminalidade, mas também no âmbito da segurança das infraestruturas críticas nacionais, com incidentes a afetarem serviços essenciais, como energia, transportes e saúde (Ledo, 2024). Esta possibilidade crescente de ocorrência de ciberataques a cabos submarinos

¹² As principais causas de interrupção sobre os cabos submarinos são: desastres naturais; atividades humanas (v.g. pesca de arrasto ou ancoragem de embarcações); falhas do equipamento; e ciberataques (Barros & Bernardino, 2025, p. 2).



e infraestruturas marítimas, a organismos internacionais¹³ sedeados no TN, a grupos económicos ou a órgãos do Estado, convoca Portugal a assumir um papel ativo neste âmbito, nacional e internacionalmente.

No domínio espacial, a OTAN (2022, p. 5) e a UE (2023b) reconhecem a natureza estratégica do espaço e consideram que os concorrentes estratégicos e potenciais adversários estão a investir em tecnologias que podem degradar as capacidades espaciais dos estados-membros e restringir o acesso e liberdade de ação no espaço, afetando a defesa e a segurança dos estados-membros.

Portugal tem vindo a aumentar a sua presença no setor espacial nos últimos anos, apostando na inovação, no desenvolvimento tecnológico e na criação de infraestruturas para apoiar a indústria aeroespacial; o seu posicionamento atlântico, particularmente dos Açores, facilita a instalação de infraestruturas de observação e medida, num espectro não alcançável ou replicável em nenhum outro país, o que representa uma efetiva vantagem comparativa (Agência Espacial Portuguesa [AEP], 2018, p. 9). Além disso, a localização do arquipélago oferece ainda ótimas condições para o lançamento de satélites – através do porto espacial de Santa Maria – infraestrutura importante para o futuro da Europa no espaço (AEP, 2024).

Promoção da resiliência. No conceito estratégico da OTAN¹⁴ é reconhecida a importância primacial da resiliência nacional e coletiva para a dissuasão e defesa da Aliança (2022, p. 7). Para tal, é imprescindível que cada estado-membro reavalie as suas próprias vulnerabilidades e desenvolva os mecanismos necessários para resistir a um grande choque – como um desastre natural, uma falha de infraestruturas críticas ou um ataque híbrido ou armado – sendo entendido que os esforços individuais nacionais para robustecimento da resiliência tornam a Aliança coletivamente mais forte (OTAN, 2024c).

Para a OTAN, a eficácia da resiliência implica o envolvimento de toda a sociedade e a utilização de toda a gama de capacidades militares e civis, envolvendo os domínios público e privado (2023b). Num quadro em que a localização do espaço de soberania português é potenciadora de um conjunto de riscos e ameaças à segurança nacional e europeia – v.g. ameaças híbridas (como ciberataques ou a disrupção de cabos submarinos), ataques terroristas ou desastres naturais (como inundações, incêndios e terremotos) – em setores como a energia, transportes, infraestruturas digitais e espaço, é fundamental a cooperação

¹³ V.g. a Agência Europeia de Segurança Marítima, a Estação de Rastreamento de Lançadores de Satélites da Agência Espacial Europeia (ESA), o *NATO Joint Analysis & Lessons Learned Centre (JALC)*, a *NATO Communications and Information Academy (NCIA)*, ou a *Naval Striking and Support Forces NATO (STRIKFORNATO)*.

¹⁴ E, de forma semelhante, na Bússola Estratégica da UE (UE, 2022, p. 27).



civil-militar na promoção da resiliência nacional, reforçando também assim a relevância de Portugal no quadro da OTAN e UE.

4.3 Terrorismo e crime organizado

A OTAN (2024d, p. 2) e a UE (2022, p. 11) classificam o terrorismo e o crime organizado como ameaças graves à segurança internacional, merecendo especial atenção a região do entorno meridional da Europa.

A UE considera que essa região – de elevada importância estratégica para a segurança e estabilidade europeia – está particularmente ameaçada pelos movimentos terroristas, pelo tráfico de seres humanos e pela criminalidade organizada (2022, p. 9). Neste âmbito, a União apoia os Estados-Membros na luta contra o terrorismo e o crime transnacional, fomentando ações comuns e a cooperação entre as autoridades nacionais em áreas como o controlo das fronteiras externas, cooperação policial, prevenção e luta contra o terrorismo e criminalidade organizada, ou até no âmbito da PCSD, fora do território da UE (s.d).

No mesmo sentido, a OTAN considera que a segurança na região se deteriorou bastante nos últimos anos, com consequências graves para os interesses da Aliança, resultando essa degradação de uma combinação de vários desafios que se têm intensificado: terrorismo e extremismo violento, alimentados por crime organizado, migração ilegal e tráfico de pessoas, fenómenos esses agravados pela má governação, crescimento demográfico, stress ambiental e influência e exploração de países como a Rússia (OTAN, 2024d, p. 15).

Os esforços da Aliança neste domínio centram-se na melhoria do conhecimento sobre as ameaças, no desenvolvimento de capacidades de prevenção e resposta dos aliados e no reforço do envolvimento com outros países e organizações internacionais (OTAN, 2024e).

A instabilidade nesta região, com efeitos negativos na segurança euro-atlântica, associada ao posicionamento e responsabilidades de Portugal nas alianças que integra, impõem ao país uma importante funcionalidade no âmbito da proteção do flanco sudoeste da Europa.

Segurança da fronteira ocidental da Europa. De acordo com o mais recente Relatório de Segurança Interna (RASI 2024) o terrorismo internacional de matriz islamista, continuou, em 2024, a ser uma das principais ameaças suscetíveis de se projetar sobre o entorno geográfico de Portugal e sobre os interesses nacionais no exterior (Sistema de Segurança



Interna, 2024, p. 27). O mesmo relatório refere ainda que o TN permanece como ponto relevante para as estratégias de organizações criminosas transnacionais, quer para o desenvolvimento de atividades criminosas diretas, quer como espaço de recuo (2024, p. 31).

Em virtude da localização do seu espaço de soberania e da extensão da sua fronteira marítima, Portugal tem um papel muito relevante na defesa das fronteiras externas da UE, em especial em áreas como a vigilância e controlo das fronteiras, na fiscalização, deteção e rastreio do tráfico ilícito nos espaços marítimo e aéreo sob responsabilidade nacional, na proteção das rotas comerciais, entre outros.

Na OTAN, Portugal tem um papel muito importante no quadro da abordagem de 360° à dissuasão e à defesa, com especial relevância para a iniciativa *NATO Hub for the South*, concebida para aprofundar o conhecimento da Aliança acerca das dinâmicas regionais do norte de África, médio-oriente, Sahel, África subsariana e áreas adjacentes, em áreas como a prevenção de conflitos, luta contra o terrorismo, ou desenvolvimento socioeconómico (OTAN, s.d.).

Neste âmbito, a reconhecida capacidade portuguesa de promoção de parcerias, orientadas para a estabilidade regional, reforça a relevância nacional na “promoção da segurança cooperativa e da projeção de estabilidade em regiões de interesse estratégico partilhado com os aliados” (J.N. Fonseca, entrevista por email, 24 de abril de 2025).

4.4 Alterações climáticas

O conceito estratégico da OTAN define as alterações climáticas como um “desafio definidor do nosso tempo”, podendo agravar conflitos, a fragilidade de Estados e a competição geopolítica, além ter impacto na forma como as FFAA operam (2022, p. 6). A Aliança coloca especial ênfase na região da vizinhança sul, onde os efeitos das alterações climáticas¹⁵ agravaram conflitos e promoveram a deslocação em massa de pessoas, com impacto direto na segurança euro-atlântica (2024d, p. 24).

No mesmo sentido, a UE considera que as alterações climáticas não são apenas ameaças em si mesmas, mas também fatores potenciadores de riscos, aumentando o potencial de instabilidade social, económica e política e de conflito em países frágeis, com consequências diretas para a segurança mundial e regional (2022, p. 26).

¹⁵ Como a escassez de água, os efeitos na produção de alimentos e na estabilidade social (2024d, p. 24)



Neste âmbito, em função da sua localização e características geográficas, Portugal tem um relevante contributo no combate e adaptação coletiva às alterações climáticas.

Mitigação dos impactos das alterações climáticas. Devido às suas características geográficas, Portugal encontra-se entre os países europeus com maior vulnerabilidade às alterações climáticas, confrontando-se com riscos como a erosão da costa, a seca, os incêndios rurais, o lixo marinho nas praias, os acidentes graves envolvendo substâncias perigosas, entre outros (Agência Portuguesa do Ambiente [APA] 2024a, pp. 15-16) – riscos esses que representam desafios enormes no âmbito da neutralidade carbónica, da gestão da água, do combate à poluição, da prevenção de incêndios, da preservação de recursos naturais, etc.

Por outro lado, pela extensão da sua linha de costa, posição biogeográfica, capacidades e conhecimentos científicos que possui nesta área, Portugal tem um papel relevante no quadro das organizações internacionais que integra, devendo contribuir ativamente para o combate às alterações climáticas, proteção e restauro ambiental e conservação da biodiversidade marinha, procurando mobilizar a comunidade internacional na procura de soluções globais (RCM n.º 68/2021, p. 32).

Tal como referido no Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), Portugal tem tido uma posição de destaque no contexto internacional em relação à redução de emissões de gases com efeito de estufa e à aposta nas fontes de energia renovável (APA, 2024b, p. 4). A adoção de políticas ambientais ambiciosas - como a meta de alcançar a neutralidade carbónica até 2045, coloca o país como referência internacional e posiciona-o como um líder na ação climática a nível europeu e global (Presidência do Conselho de Ministros, 2025).

4.5 Síntese conclusiva e resposta à QD1

Em virtude da sua localização, das suas infraestruturas e da participação ativa nas organizações internacionais que integra, Portugal e o seu espaço de soberania têm enorme potencial na mitigação das principais ameaças para a OTAN e UE; esse potencial pode ser operacionalizado através de diversas funcionalidades estratégicas, que englobam um conjunto de infraestruturas e meios, militares e civis, que garantem a presença no espaço atlântico, mas também a reconhecida capacidade nacional para ligar, articular e influenciar a mobilização internacional para a mitigação de desafios complexos.



O espaço de soberania português como campo de ação no quadro da OTAN e da UE. Contributos para um modelo estratégico de abordagem à relevância estratégica nacional na OTAN e UE.

De forma sintética, podemos encontrar a resposta à QD1 - *de que forma o espaço de soberania português é estrategicamente relevante para a OTAN e para a UE?* – na Figura 3.

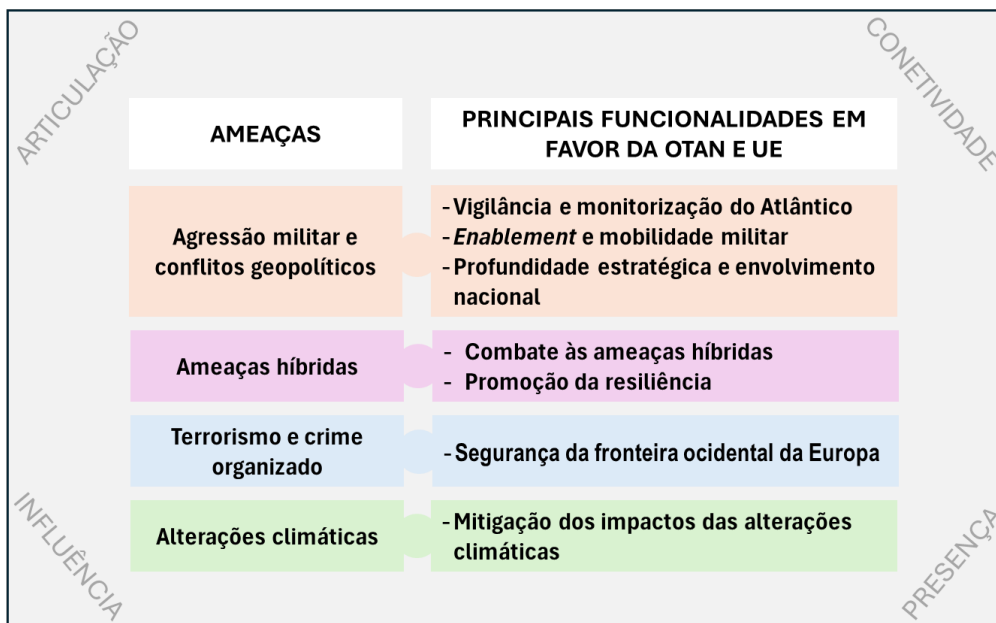


Figura 3 – Principais funcionalidades conferidas pelo espaço de soberania português



5. Capacidade estratégica militar nacional atual, no quadro dos compromissos internacionais assumidos

A estratégia militar nacional atual tem por base, principalmente¹⁶, a documentação aprovada em 2014 - CEM, SF e DIF. Para aquilatar da capacidade estratégica militar nacional importa analisá-la, recorrendo à ferramenta de análise estratégica *fins-métodos-meios*, mas também às “provas da estratégia” – adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade.

5.1 Dos fins, dos métodos e dos meios

Para uma adequada análise da estratégia militar nacional, é importante começar por abordar as ameaças estratégicas identificadas na documentação. No Apêndice E¹⁷ do presente trabalho, estão elencadas as ameaças e riscos com particular relevância para o espectro de atuação das FFAA, identificadas no CEM2014. São ameaças e riscos muito diversos, que decorrem do CEDN2013 e que, na generalidade, englobam as ameaças tipificadas pela OTAN e UE. Apesar de não haver qualquer menção ao termo “ameaças híbridas”, são identificadas diversas ameaças de natureza equivalente – v.g. assimétricas, ciberterrorismo, cibercriminalidade – que para o seu combate apelam a um vasto leque de recursos, numa perspetiva de transversalidade (CCEM, 2014b, p. 16).

Dos fins. O CEM2014 identifica os objetivos estratégicos militares (ver Apêndice G). São dez objetivos que resultam da formulação de cenários e subcenários¹⁸ - entendidos como situações hipotéticas, prováveis e possíveis do emprego da força militar – alinhados com os objetivos definidos pelo CEDN2013, e enquadrados pelas missões das FFAA definidas na Constituição e na lei, pela conjuntura estratégica e pelos objetivos da política de defesa nacional (CCEM, 2014b, p. 16). Envolvem diversas dimensões, como a defesa nacional, a segurança cooperativa e coletiva, o apoio à política externa, a cooperação com Forças e Serviços de Segurança (FSS) ou a proteção do ambiente e das populações e promoção do seu bem-estar.

¹⁶ Mas não só. Desde 2014 foram emitidas orientações e diretivas, pelo EMGA e pelos Ramos, que foram atualizando e adaptando as dinâmicas militares nacionais ao contexto interno e externo.

¹⁷ É também feita uma análise comparativa das ameaças para a OTAN, UE e Portugal.

¹⁸ Cfr. Apêndice F - Cenários de emprego das FFAA.



Dos métodos. O conceito de ação militar definido no CEM2014 identifica as ações a desenvolver pelas FFAA para a prossecução dos objetivos estratégico-militares. São um conjunto de ações militares que resultam da conjugação dos diferentes cenários com o esforço de empenhamento em três situações distintas: tempo de paz, de exceção/ crise e de guerra. Envolvem diferentes níveis de exigência, sendo que no nível de esforço mais elevado (tempo de guerra) estabelecem-se as ações a desenvolver em situações de agressão militar, incluindo o comando operacional das forças de segurança, a negação da utilização das linhas de comunicação interterritoriais a antagonistas, etc. (CCEM, 2014b, p. 35).

As ações estratégico-militares do conceito de ação militar são especificadas nas missões das FFAA (MIFA2014), as quais incluem também as executadas pelos Ramos que são conduzidas no âmbito dos órgãos regulados por legislação própria, e outras resultantes do exercício de competências residentes nas FFAA (cfr. Apêndice H).

Dos meios. Para materializar as diversas ações militares, o CEM identifica um conjunto de estruturas e forças¹⁹ das FFAA (CCEM, 2014b, p. 28):

- Estruturas de comando e controlo (C2) e de ciberdefesa;
- Estruturas de informações até ao nível estratégico militar;
- Forças de operações especiais;
- Forças e unidades navais com valências para a guerra de superfície, antiaérea, antissubmarina, submarina e anfíbia;
- Forças terrestres ligeiras, médias e pesadas, organizadas em três comandos de escalão brigada;
- Forças e unidades aéreas com valências em luta aérea defensiva e ofensiva, operações aéreas de apoio, vigilância e reconhecimento e contribuição para operações terrestres e marítimas.

No anexo A do presente trabalho estão detalhadas as áreas de capacidade e capacidades previstas no SF2014, a sua relação com a tipologia de forças e respetivos contributos para as MIFA2014.

¹⁹ Neste trabalho não se aborda o detalhe quantitativo das forças e capacidades, não só porque engloba um volume demasiado elevado, mas principalmente porque consta de um documento classificado.



5.2 Da adequabilidade, da aceitabilidade e da exequibilidade

Identificadas as linhas gerais da estratégia nacional em vigor, importa analisá-la à luz das provas da estratégia.

Adequabilidade (quanto aos fins). Da análise documental e das entrevistas efetuadas, pode-se inferir que, apesar de exigir uma adaptação contínua e de enfrentar desafios importantes em virtude da evolução do contexto geopolítico e da sofisticação das ameaças, a estratégia militar nacional está de uma forma geral adequada quanto aos seus fins.

Os cenários e objetivos definidos no CEM estão alinhados com o contexto estratégico definido pela OTAN e UE, seja no âmbito da defesa coletiva, ou da segurança cooperativa; é de realçar, contudo, que apesar de as ameaças identificadas na documentação nacional incluírem as ameaças que atualmente se possam materializar no espaço de soberania português, os documentos da OTAN e UE identificam claramente a Rússia como a ameaça mais perigosa e põem uma maior ênfase no impacto das ameaças híbridas, seja no espaço, ciberespaço, no fundo dos mares ou domínio informacional.

De qualquer das formas, como refere J.N. Fonseca, a estratégia militar nacional está, no seu essencial, adequada aos desafios atuais, demonstrando “alinhamento com os princípios e exigências da OTAN e da UE, designadamente no que concerne à vigilância e controlo do espaço marítimo e aéreo, à interoperabilidade com forças aliadas e à proteção de infraestruturas críticas” (*op. cit.*).

Aceitabilidade (quanto aos métodos). Os métodos - operacionalizados através de ações e missões das FFAA - para cumprir os objetivos estratégico-militares definidos na documentação estão devidamente enquadrados pela legislação nacional e alinhados com a doutrina aliada em vigor.

Contudo, não são feitas referências à abordagem multidomínio. Esta abordagem é hoje a principal forma de pensar e planear a utilização do instrumento militar na OTAN, devendo por isso constar da documentação estratégia militar; tal como refere N.L. Pires (entrevista presencial, 19 de fevereiro de 2025) “temos de nos aproximar cada vez mais de uma doutrina estrutural, genética e de emprego de força que seja cada vez mais multidomínio; não podem ser separadas. A estratégia portuguesa ainda não reflete esta nova arquitetura multidomínio”.

Também no âmbito das ameaças híbridas, além da ciberdefesa, a documentação estratégica nacional não identifica ações e/ou missões estratégico-militares específicas para o seu combate, importando por isso uma atualização neste domínio.



Exequibilidade (quanto aos meios). Da análise documental e das respostas recebidas é possível inferir que existe insuficiência de meios em três áreas: financeira, recursos humanos e equipamentos/capacidades.

As lacunas nos meios financeiros prendem-se fundamentalmente com a necessidade de mais investimento em defesa. Apesar de a Lei de Programação Militar continuar a permitir a atualização de capacidades militares, não só existem dificuldades de diversa natureza na sua execução²⁰, como também é indispensável elaborar uma nova lei, dotando-a de recursos financeiros que permitam reforçar áreas de capacidade, onde existem lacunas críticas (Ribeiro, 2025). Acresce que o país, como membro da OTAN e num contexto de crescente pressão para fazer face às novas ameaças globais, se comprometeu a aumentar significativamente o gasto em defesa (E.M. Ferrão, entrevista por *email*, 10 de abril de 2025).

As dificuldades em meios humanos das FFAA não são recentes, sendo que de 2015 a 2024, o número de militares diminuiu cerca de 25% (cfr. Quadro 2), estando atualmente “muito aquém das necessidades das FFAA” (Decreto-Lei n.º 64/2024, de 30 de setembro). Neste domínio, em que o cumprimento eficaz das missões das FA implica a existência de um número adequado de recursos humanos, “as dificuldades na retenção e recrutamento de pessoal qualificado comprometem a capacidade de resposta e a sustentabilidade operacional das FFAA” (J.M. Sousa, *op. cit.*).

Quadro 2 – Evolução dos efetivos militares das FFAA entre 2015 e 2024

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Oficiais	6829	6783	6835	7030	6793	6843	6787	6684	6673	6714
Sargentos	11016	10442	10146	9856	9834	9553	9300	9270	9208	9115
Praças	14003	13137	11607	11449	10286	9732	9547	8569	7957	7829
TOTAL²¹	31848	30362	28588	28335	26913	26128	25634	24523	23838	23658

Fonte: (DGRDN, *email*, 29 de abril de 2025).

Relativamente aos equipamentos/capacidades, decorrente da análise documental e das diversas entrevistas, é possível identificar diversas condicionantes à exequibilidade da estratégia militar, principalmente no âmbito da necessidade de modernização, reforço e

²⁰ Como a complexidade dos procedimentos de contratação, as dificuldades de fornecimento de equipamentos em virtude da guerra na Ucrânia, a disponibilização tardia da transição de saldos, etc. (Direção-Geral de Recursos de Defesa Nacional [DGRDN], 2023, p. 8).

²¹ Os dados incluem os efetivos globais militares dos quadros permanentes, nas diversas situações (ativo e reserva), e dos regimes de voluntariado e contrato. Não estão contabilizados os efetivos em formação inicial.



desenvolvimento de meios e/ou capacidades, tendo em vista a vigilância e dissuasão de ameaças e a proteção e resiliência de infraestruturas no espaço de soberania nacional.

No Quadro 3 são identificadas as principais lacunas de capacidades/meios, as quais resultam, principalmente, da análise documental comparativa e das diversas entrevistas.

Quadro 3 – Principais lacunas/necessidades no âmbito das capacidades/equipamentos

NECESSIDADES	LACUNAS DE CAPACIDADES/EQUIPAMENTOS
De modernização ou reforço	<ul style="list-style-type: none">- Capacidade de C2, tendo em vista a interoperabilidade e a integração multidomínio, nacional e aliada;- Capacidade de proteção e sobrevivência, necessária para assegurar a resiliência e a liberdade de ação;- Capacidade de defesa imediata e integrada dos arquipélagos;- Meios navais e aéreos para reforço das capacidades antissubmarino em face da crescente atividade submarina hostil;- Meios associados à vigilância e fiscalização marítima e aérea, ao policiamento aéreo, e à vigilância terrestre, melhorando a consciência situacional no espaço de soberania nacional;- Meios de defesa aérea e antiaérea;- Articulação com as FSS, particularmente em questões de combate ao terrorismo, desastres naturais e proteção de infraestruturas críticas.
De criação ou desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none">- Arquitetura multidomínio, incluindo a capacidade espacial e cibernética;- Adaptação à guerra híbrida, com o desenvolvimento de tecnologias emergentes, IA e sistemas autónomos de natureza diversa;- Participação da população na defesa do território através de atividades insurgentes;- Requalificação de infraestruturas estratégicas, civis e militares, que permitam a utilização do TN para a promoção da resiliência, do <i>enablement</i> e da mobilidade militar aliada (incluindo a projeção rápida de forças), em caso de necessidade.

5.3 Síntese conclusiva e resposta à QD2

A estratégia militar nacional atual está alicerçada, principalmente, num conjunto de objetivos, métodos e meios, identificados na documentação estratégica militar em vigor. A análise da estratégia militar, recorrendo às provas da estratégia, permite responder à QD2 - *Em que medida o instrumento militar nacional está apto para assegurar a defesa do espaço de soberania português, no quadro dos compromissos internacionais assumidos?*

Assim, a estratégia militar nacional é adequada quanto aos fins, refletindo corretamente os desafios estratégicos e os compromissos internacionais; é aceitável quanto aos métodos, os quais têm o devido enquadramento legislativo e respeitam a doutrina aliada em vigor; quanto à sua exequibilidade, existe insuficiência de meios em três áreas: nos meios financeiros, nos recursos humanos e nos equipamentos e capacidades, o que implica uma maior necessidade de investimento no setor da defesa²².

²² Como, aliás, refere J.N. Fonseca, “ainda que se reconheçam áreas críticas onde a exequibilidade depende de investimentos continuados e de decisões estruturantes” (*op. cit.*).



6. Contributos estratégico-militares nacionais para uma maior relevância do espaço de soberania português no âmbito da OTAN e da UE

No sentido de *identificar os fatores que, no nível estratégico militar, poderão contribuir para uma maior relevância do espaço de soberania português no âmbito da OTAN e UE e assim poder responder à QC da investigação*, recorreu-se principalmente às entrevistas efetuadas, que se constituem como fontes relevantes e credíveis no nível estratégico nacional. Os contributos que se seguem, agrupados por áreas, são sugestões que visam a valorização do instrumento militar nacional no seu papel de promoção da relevância do espaço de soberania português, particularmente, no contributo para a mitigação das principais ameaças e desafios estratégicos para a OTAN e UE.

Reforço e modernização do instrumento militar nacional. A capacitação das FFAA é fundamental para a relevância do espaço de soberania nacional, pois permite: 1) proteger a fronteira ocidental da Europa no ar, na terra e no mar, as rotas e infraestruturas de comunicação e energia; 2) cumprir as obrigações²³ do país de uma forma credível no quadro dos compromissos internacionais assumidos; e 3) projetar a utilidade do espaço de soberania português para a defesa e segurança coletiva. Para além do reforço, atualização e desenvolvimento das capacidades e meios identificados no Quadro 3, é reconhecida a necessidade de um instrumento militar nacional competente e equilibrado nas suas capacidades e meios, materializado numa FFAA “prontas, flexíveis, interoperáveis e tecnologicamente inovadoras, aptas a cumprir com credibilidade as missões que lhes estão atribuídas” (EMGFA, 2023, p. 2).

Reforço da presença e vigilância no Atlântico. Como já referido anteriormente, o espaço de soberania português possui uma localização geoestratégica singular, na confluência do Atlântico Norte, Mediterrâneo Ocidental e Atlântico Sul.

O instrumento militar nacional tem um papel fundamental na dissuasão e combate das ameaças e desafios à segurança euro-atlântica (no âmbito da defesa coletiva ou da segurança cooperativa), na mitigação de riscos globais (como as alterações climáticas ou as tecnologias emergentes e disruptivas), na monitorização e segurança do transporte marítimo e aéreo, bem como na proteção das infraestruturas de comunicações e energia; neste contexto, é

²³ Não apenas as militares. Como refere J.V. Borges (entrevista por email, 19 de fevereiro de 2025), “adotando uma postura estratégica credível (assumindo mais de 2% do PIB de investimento em defesa)”.



essencial o reforço da presença militar, proteção, e capacidade de vigilância marítima²⁴, aérea²⁵ e terrestre²⁶.

Desenvolvimento e requalificação de infraestruturas estratégicas. O desenvolvimento e requalificação de infraestruturas estratégicas, como as bases e campos militares, promovem a relevância do país para a OTAN e UE. A modernização dessas infraestruturas, no continente e ilhas (com destaque para os Açores), irá permitir contribuir para: 1) o *enablement* e mobilidade militar da OTAN e UE; 2) uma maior, melhor e mais rápida capacidade de projeção de poder no Atlântico (e nos teatros de operações da Europa e Norte de África); e 3) a profundidade estratégica na Europa, em caso de necessidade.

De entre as diversas medidas neste âmbito, realçam-se: a criação de um *hub* logístico da OTAN em Portugal para o *enablement* e sustentação das forças aliadas (P.J. Mateus, *op. cit.*); a expansão e modernização das infraestruturas militares nacionais em locais estratégicos, no continente e ilhas, fortalecendo a sua utilização para operações conjuntas (E.M. Ferrão, *op. cit.*); o estabelecimento de centros de treino de alta capacidade para operações conjuntas, a fim de garantir a interoperabilidade entre as FFAA nacionais e os aliados (E.M. Ferrão, *op. cit.*).

Ciberdefesa e resiliência contra ameaças híbridas. A materialização de ameaças híbridas nos diversos domínios do espaço de soberania português poderá ter fortes impactos para o país, mas também para a OTAN e UE, sendo por isso necessário promover a sua mitigação e também a resiliência nacional, principalmente no âmbito das infraestruturas críticas e sistemas de informação.

O desenvolvimento de sistemas de aviso antecipado, o reforço da capacidade de ciberdefesa e a implementação de um modelo de segurança integrada permitirão a Portugal mitigar riscos emergentes e garantir a estabilidade interna e externa (J.M. Sousa, *op. cit.*). Em face da sua localização e infraestruturas (v.g. centros de dados, ancoragem de cabos submarinos, etc.) Portugal pode-se tornar um líder regional em ciberdefesa, sendo

²⁴ O reforço de meios navais mais modernos permitirá um controlo mais eficaz do Atlântico; o investimento em sistemas autónomos, reforçará a deteção e mitigação de ameaças convencionais e híbridas, enquanto a presença naval contribuirá para a projeção de força e proteção dos interesses estratégicos nacionais e aliados (J.M. Sousa, *op. cit.*).

²⁵ O reforço de meios aéreos mais modernos irá permitir uma melhor presença, dissuasão e capacidade de vigilância aérea, realçando-se também neste domínio a extensão de radares de C2 aos Açores, e o desenvolvimento da capacidade espacial, incluindo a vigilância por satélite do Atlântico (S. Pereira, entrevista presencial, 11 de março de 2025).

²⁶ A modernização dos sistemas de armas terrestres é importante para a vigilância terrestre, para a defesa dos arquipélagos e para a proteção de infraestruturas, realçando-se ainda a defesa antiaérea, com sistemas de armas e radares para monitorização do espaço aéreo terrestre e do Atlântico (E.M. Ferrão, *op. cit.*).



importante desenvolver um centro de ciberdefesa robusto - em colaboração com as agências de cibersegurança da OTAN e UE -, forças de ciberdefesa, e fomento do treino de especialistas em parceria com empresas de tecnologia de ponta (E.M. Ferrão, *op. cit.*)

Participação ativa em missões, projetos e cooperação internacional. O fortalecimento da cooperação internacional e das alianças estratégicas desempenha um papel central na valorização do espaço de soberania português.

A participação ativa em operações conjuntas e exercícios militares da OTAN e da UE reforça a posição de Portugal como parceiro confiável e relevante na segurança e defesa euro-atlântica. Por outro lado, o estreitamento das relações com aliados estratégicos e a promoção da segurança cooperativa, especialmente em regiões adjacentes ao flanco Sul da Aliança contribuirá para a estabilidade regional (v.g. através do apoio a operações de estabilização e gestão de crises), para a capacitação de forças parceiras e proteção das rotas comerciais.

Portugal pode ainda aumentar a sua visibilidade e relevância, liderando novas iniciativas de cooperação em segurança e defesa em áreas como o combate ao terrorismo, migração ilegal e segurança de infraestruturas, em especial as relacionadas com recursos energéticos (E.M. Ferrão, *op. cit.*).

A participação ativa nestas iniciativas e noutros projetos internacionais²⁷ promove a interoperabilidade aliada e potencia a indústria e conhecimento nacional. A “valorização do potencial científico e industrial nacional, através da intensificação das parcerias entre o setor da defesa, a academia e a indústria, com vista ao desenvolvimento de soluções tecnológicas de uso dual, contribui para a autonomia estratégica da UE e para a modernização do instrumento militar nacional” (J.N. Fonseca, *op. cit.*).

²⁷ Como por exemplo, o Plano *ReArm Europe/Prontidão 2030*, da UE, ou iniciativas da OTAN como o *Multinational Ammunition Warehousing Initiative* (MAWI), o *Remotely Piloted Aircraft Systems* (RPAS), o *Maritime Uncrewed Systems* (MUS), ou o *Command and Control Capability for Surface Based Air and Missile Defence for the Battalion and Brigade Level* (SBAMD C2 Layer), projetos nos quais Portugal participa (OTAN, 2025b).



7. Conclusões

O contexto estratégico mudou substancialmente nos últimos anos. Além de riscos e desafios globais como as alterações climáticas ou a segurança alimentar, dinâmicas conflituais como a invasão russa da Ucrânia, a capacitação militar chinesa, os questionamentos sobre a robustez dos laços que formam a OTAN, são indicadores claros de uma nova era, em que o Poder dos Estados e lógicas unilaterais se sobrepõem a aproximações multilaterais. Surgem também ameaças cada vez mais sofisticadas, de natureza convencional ou híbrida, que encontram nos espaços comuns globais – como os mares ou o ciberespaço - um terreno fértil para a sua concretização, aumentando a necessidade de proteção e resiliência por parte dos Estados.

Tal como no passado, em contextos de desafios e de instabilidade, a morfologia triangular do espaço de soberania nacional assume um papel estratégico relevante na segurança euro-atlântica, seja no âmbito da defesa coletiva, do apoio logístico a operações militares no teatro europeu ou africano, da segurança marítima e do controlo aeronaval, do apoio e controlo de comunicações intercontinentais, entre outros. Neste quadro, em que na OTAN e na UE é assumida a necessidade de uma maior capacitação do setor da defesa na Europa, é fundamental que Portugal assuma a sua relevância estratégico-militar no cumprimento das suas responsabilidades coletivas, em que a defesa do seu espaço de soberania representa seguramente um compromisso de que não pode abdicar.

Neste enquadramento, a presente investigação centrou o seu objeto no espaço de soberania português, visando as medidas estratégico-militares que possam contribuir para a sua maior relevância para a OTAN e UE. Para tal, o *procedimento metodológico* que foi seguido baseou-se numa abordagem dedutiva ao processo de raciocínio, com omissão de hipóteses. A estratégia de investigação assentou em metodologias qualitativas e, no âmbito do desenho de pesquisa, elegeu-se o estudo de caso. Além da análise documental, o principal instrumento de recolha de dados foi a entrevista qualitativa semiestruturada, feita a especialistas e decisores nacionais. Para análise dos dados recorreu-se principalmente às “provas da estratégia” – *adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade*.

Quanto aos *resultados obtidos*, importa enquadrá-los no problema de investigação em causa, em particular com os respetivos objetivos e questões associadas.



O OE1 visava a análise das potencialidades estratégicas do espaço de soberania português para a OTAN e para a UE, tendo para tal sido formulada a QD1 - ***De que forma o espaço de soberania português é estrategicamente relevante para a OTAN e para a UE?***

Dos resultados obtidos releva o contributo do espaço de soberania português para a mitigação das principais ameaças e desafios estratégicos para a OTAN e UE, em quatro áreas: 1) agressão militar e conflitos geopolíticos; 2) ameaças híbridas e cibernéticas; 3) terrorismo e crime organizado; 4) mudanças climáticas e crises humanitárias.

No âmbito da agressão militar o espaço de soberania português pode desempenhar três importantes funcionalidades estratégicas em favor da OTAN e UE. ***Vigilância e monitorização do Atlântico***, contribuindo para a dissuasão, proteção de rotas marítimas, controlo do espaço aéreo e mitigação de ameaças híbridas; ***enablement e mobilidade militar***, através da disponibilização das infraestruturas aeroportuárias, de campos militares e, dessa forma, facilitando a sustentação, trânsito e projeção de forças aliadas; e ***profundidade estratégica e envolvimento nacional***, em resultado da sua localização relativamente afastada dos teatros de conflito no centro e leste da Europa, mas também da participação de forças de combate portuguesas no âmbito do conceito DDA.

No âmbito das ameaças híbridas, o espaço de soberania pode desempenhar duas importantes funcionalidades. ***Combate às ameaças híbridas***, em virtude da sua localização atlântica e das infraestruturas críticas que alberga, em particular nos domínios marítimo, do ciberespaço ou espacial; e ***promoção da resiliência***, em setores como a energia, transportes, infraestruturas digitais e espaço, sendo entendido que os esforços individuais nacionais para robustecimento da resiliência tornam a OTAN e a UE coletivamente mais forte.

No âmbito do ***combate ao terrorismo e crime organizado***, o espaço de soberania nacional tem uma relevância considerável. Na UE contribui significativamente para a defesa das fronteiras externas da União; na OTAN - no quadro da abordagem de 360° à dissuasão e à defesa, e da iniciativa *NATO Hub for the South* - pode ter um papel marcante na prevenção de conflitos, na luta contra o terrorismo, ou no desenvolvimento socioeconómico de países africanos.

No âmbito da ***mitigação das alterações climáticas***, pela extensão da sua linha de costa, posição biogeográfica, e capacidades e conhecimentos científicos que possui nesta área, tem um papel relevante nas organizações internacionais que integra, contribuindo ativamente para os mecanismos e iniciativas de proteção ambiental, procurando também mobilizar a comunidade internacional na procura de soluções globais.



O OE2 visava a análise da capacidade estratégica militar nacional atual para assegurar a defesa do espaço de soberania português, no quadro dos compromissos internacionais assumidos, tendo para tal sido formulada a QD2 - ***Em que medida o instrumento militar nacional está apto para assegurar a defesa do espaço de soberania português, no quadro dos compromissos internacionais assumidos?***

A estratégia militar nacional atual está alicerçada, principalmente, num conjunto de objetivos, métodos e meios, identificados na documentação estratégica militar em vigor.

Dos resultados obtidos constata-se que a estratégia militar nacional ***é adequada nos fins***, refletindo corretamente os desafios estratégicos e os compromissos internacionais; ***é aceitável quanto aos métodos***, que têm o devido enquadramento legislativo, são compatíveis com os compromissos internacionais e respeitam a doutrina OTAN em vigor; ***quanto à sua exequibilidade, existe insuficiência*** de meios em três áreas: nos meios financeiros, nos recursos humanos e nos equipamentos e capacidades necessárias para a defesa do espaço de soberania - principalmente em determinadas áreas - o que implica maior necessidade de investimento no setor da defesa.

Por fim, o *OC* e a *QC* associados ao presente problema de investigação envolviam a ***proposta de medidas estratégico-militares que poderão contribuir para uma maior relevância do espaço de soberania português no âmbito da OTAN e da UE.***

Neste sentido, foi possível identificar um conjunto de propostas estratégico-militares, visando fundamentalmente a valorização do instrumento militar nacional no seu papel de promoção da relevância do espaço de soberania português, particularmente, no contributo para a mitigação das principais ameaças e desafios estratégicos para a OTAN e UE.

O ***reforço e modernização do instrumento militar nacional*** é importante na proteção da fronteira ocidental da Europa, no cumprimento credível das obrigações internacionais e projeção da utilidade do espaço de soberania português para a defesa e segurança coletiva, sendo para tal necessário um instrumento militar nacional competente e equilibrado nas suas capacidades e meios.

O ***reforço da presença e vigilância no Atlântico*** é fundamental para a dissuasão e combate das ameaças e desafios à segurança euro-atlântica, para a mitigação de riscos globais, para a monitorização e segurança do transporte marítimo e aéreo, bem como para a proteção das infraestruturas de comunicações e energia, sendo para tal essencial o reforço da presença militar, respetiva proteção, e da capacidade de vigilância marítima, aérea e terrestre.



O ***desenvolvimento e requalificação de infraestruturas estratégicas***, como as bases e campos militares, podem contribuir para o *enablement* e mobilidade militar aliada, para uma melhor capacidade de projeção de poder e para a profundidade estratégica na Europa. A criação de um *hub* logístico da OTAN em Portugal, a modernização das infraestruturas militares e o estabelecimento de centros de treino de alta capacidade para operações conjuntas, podem contribuir para a relevância neste âmbito.

No âmbito da ***ciberdefesa e resiliência contra ameaças híbridas***, pelos seus impactos para o país, para a OTAN e UE, é necessário promover a sua mitigação e também a resiliência nacional, principalmente no âmbito das infraestruturas críticas e sistemas de informação. O desenvolvimento de sistemas de aviso antecipado, o reforço da capacidade de ciberdefesa e a implementação de um modelo de segurança integrada permitirão a Portugal mitigar riscos emergentes e garantir a estabilidade interna e externa.

A ***participação ativa em missões, projetos e cooperação internacional*** desempenha um papel central na valorização do espaço de soberania português. De entre as diversas medidas e iniciativas realça-se: a participação ativa em *operações conjuntas e exercícios militares internacionais*, reforçando a posição de Portugal como parceiro confiável e relevante; a promoção da *segurança cooperativa*, principalmente no flanco Sul da Europa contribuindo para a estabilidade regional, proteção das rotas comerciais, capacitação de forças parceiras e combate a ameaças transnacionais; a participação ativa nestas iniciativas internacionais *promove ainda a interoperabilidade aliada* e potencia a indústria e conhecimento nacional; a *valorização do potencial científico e industrial nacional*, através da intensificação das parcerias entre o setor da defesa, a academia e a indústria, sendo neste âmbito fundamental a integração (e desejavelmente a liderança) de projetos internacionais, bilaterais ou multilaterais.

Os ***principais contributos para o conhecimento*** da presente investigação situam-se fundamentalmente em três domínios: 1) na identificação das principais funcionalidades estratégicas do espaço de soberania português no atual contexto estratégico, especialmente no seu contributo para o combates às ameaças para a OTAN e UE; 2) no aprofundamento do conhecimento relativo à atualidade da estratégia militar nacional em vigor; e 3) no desenvolvimento de contributos estratégico-militares nacionais para uma maior relevância do espaço de soberania português no âmbito da OTAN e da UE.

As principais ***limitações/problemas*** na elaboração da presente investigação situaram-se no âmbito da recolha de informação. Não foi possível efetuar algumas das entrevistas



previstas no projeto de investigação, o que obrigou a encontrar opções alternativas. Também a opção pela entrevista qualitativa semiestruturada baseada em guião, apesar da riqueza que sempre aportam as questões abertas, revelou limitações ao nível do posterior tratamento de informação, pela heterogeneidade de algumas respostas.

Em termos de *estudos futuros*, em face das opções metodológicas tomadas (associadas à delimitação de conteúdo e não utilização de documentação classificada), da volatilidade do atual ambiente estratégico e das dinâmicas de defesa e segurança em curso na Europa, julga-se pertinente aprofundar a investigação nas seguintes áreas: 1) estudo dos teatros de operações nacionais no âmbito da defesa coletiva da Europa; 2) a promoção do *enablement* e mobilidade militar aliada em Portugal; e 3) a importância geopolítica do espaço de soberania português para os EUA e para a China na atualidade.



Referências bibliográficas

- Allied Maritime Command. (2024). NATO keeps a close watch over Russian maritime activity [Página *online*]. Retirado de <https://mc.nato.int/media-centre/news/2024/nato-keeps-a-close-watch-over-russian-maritime-activity>
- Agência Espacial Portuguesa. (2018). *Estratégia Nacional Portugal Espaço 2030*. Retirado de https://ptspace.pt/wp-content/uploads/2020/11/PortugalSpace2030_PT.pdf
- Agência Espacial Portuguesa. (2024). ESA escolhe Santa Maria para receber o voo inaugural do Space Rider [Página *online*]. Retirado de <https://ptspace.pt/pt/esa-escolhe-santa-maria-para-receber-o-voo-inaugural-do-space-rider/>
- Andrade, J. C. R. , Santos, R. J. R. P., & Correia, J. M. P. C. (Coord.) (2019). *Contributos para o Planeamento Estratégico Militar: Metodologias e Ferramentas de Apoio* (Vol. II). Coleção "Ares", 31. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Agência Portuguesa do Ambiente. (2024a). *Relatório do Estado do Ambiente 2024 – REA 2024*. Retirado de https://rea.apambiente.pt/sites/default/files/rea/REA_2024_Final_22_out_2024.pdf
- Agência Portuguesa do Ambiente. (2024b). *Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030)*. Retirado de https://apambiente.pt/sites/default/files/_Clima/20241118_pnec2030_para_aprov_ar.pdf
- Barros, J., & Bernardino, L. (2025, fevereiro). *Como aumentar a Resiliência dos Cabos Submarinos nas Águas Portuguesas?* Retirado de https://oeid.pt/wp-content/uploads/2025/02/Como_aumentar_a_Resiliencia_dos_Cabos_Submarinos_nas_Aguas_Portuguesas_07Fev25.pdf
- Borges, J. V. (2024, maio). A Guerra na Ucrânia e o Poder Terrestre. *Jornal do Exército* (740), 18-25.
- Carvalho, V. (1987). *Cumprir agora Portugal*. Lisboa: Difel.
- Carvalho, V. (1995). *A importância do mar para Portugal*. Lisboa: IDN.
- Conselho de Chefes de Estado-Maior. (2014a). *Missões das Forças Armadas MIFA 2014*. (Aprovado pelo CSDN de 30 de julho de 2014). Lisboa: Autor.
- Conselho de Chefes de Estado-Maior. (2014b). *Conceito Estratégico Militar CEM2014*. (Aprovado pelo MDN em 22 de julho de 2014 e confirmado em CSDN de 30 de julho de 2014). Lisboa: Autor.



- Conselho de Chefes de Estado-Maior. (2014c). *Anexo B - Missões, Áreas de Capacidade e Capacidades do SF2014. (Aprovado em CSDN de 30 de julho de 2014)*. Lisboa: Autor.
- Couto, A. C. (2004). Uma nova base conceptual para a estratégia. Em: Fernandes A.H., & Abreu F., *Pensar a Estratégia: do Político-militar ao Empresarial* (pp. 215-230). Lisboa: Sílabo.
- Covington, S. R. (2023). NATO's Concept for Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area (DDA) [Página online]. Retirado de <https://www.belfercenter.org/publication/natos-concept-deterrence-and-defence-euro-atlantic-area-dda>
- Conselho de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. (2023). *Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Retirado de: https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN_teste.pdf
- Cruz, P. M. (2023). *O Pensamento Estratégico Estruturado, na Sua Fundamentação Óptica e Epistemológica do Planeamento de Forças Terrestres*. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Deni, J. R. (2024). *The new NATO Force Model: ready for launch?* Retirado de <https://www.ndc.nato.int/download/downloads.php?icode=819>
- Decreto-Lei n.º 64/2004, de 30 de setembro (2024). *Procede à valorização das posições remuneratórias dos militares dos ramos das Forças Armadas*. Diário da República, 1.ª Série, 189, 1-4. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Direção-Geral de Recursos de Defesa Nacional. (2023). *Relatório da Execução da Lei de Programação Militar – 2022*. Retirado de Parlamento: <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=bJwq0CBfbHQfiOb%2fgd2LGr0N5K3jY5hnue2%2fDdVE3crbv289GGW76tZSAuzLo%2boymJzNR9vLVCOzSP8fM4%2fU1y3u%2fNDIOR74IUEoUx%2bYahKjjxvZxp%2bGvpOt5A9bem4HAX%2fhfbzYqD8kQIAiSyzKGz9K5T%2bOLTpQoQ8BHAYORK11ra08gQI1BkDv>
- Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2023). *Diretiva estratégica do EMGFA 2023-2026*. Retirado de <https://www.emgfa.pt/pt/quem-somos/Documents/2023%20DEEMGFA%2023-26.pdf>
- Escorrega, L. C. (Agosto/Setembro de 2009). A segurança e os "novos" riscos e ameaças: perspectivas várias. *Revista Militar* (2491/2192), pp. 1-29. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/499>



- Escorrega, L. C. (2010, fevereiro/março). Da importância geopolítica e geoestratégica dos Açores no actual contexto estratégico. *Revista Militar* (2497/2498), pp. 203-239. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/557>
- Escorrega, L. F. (2013). Teorização sobre estratégia militar: âmbito, objeto e planeamento. Em: Garcia F.P., & Lousada A.P. (Coord.), *Da história militar e da estratégia: estudos de homenagem ao General Loureiro dos Santos* (pp. 237-248). Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Fernandes, M. (2014). Geopolítica do Atlântico: a actualidade do Triângulo Estratégico Português. Em Graça P. B., & Martins P. (Coord.), *O Mar no Futuro de Portugal: Ciência e Visão Estratégica* (pp. 123-137). Lisboa: Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico.
- Gomes, T. R. (2022). As funções estratégicas dos Açores: uma tipologia. *Revista Portuguesa de Ciência Política* (18), pp. 137-156. doi: 10.59071/2795-4565.RPCP2022.18
- Jacinto, A. J. (2023). *Regresso aos Conflitos de Alta Intensidade: Impacto na Estratégia Militar Terrestre*. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Leal, J. (2007). Análise Geopolítica e Geoestratégica de Portugal. Factores Físico, Humano e Circulação. *Revista Militar* (2463), pp. 825-875. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/193>
- Ledo, P. (2024). Cibercrime em Portugal: a ameaça invisível e em expansão [Página online]. Retirado de <https://www.sabado.pt/opiniao/convidados/pedro-ledo/detalhe/cibercrime-em-portugal-a-ameaca-invisivel-e-em-expansao>
- Loureiro, J. C. (2023). *O Planeamento da Política de Defesa Nacional*. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Lykke, A. (2001). Toward an understanding of military strategy. Em Cerami J. R., & Holcomb J. F., *U.S. Army War College Guide to Strategy* (pp. 179-185). Carlisle: USAWC.
- Manen, H., Wijk, K., Dick, E., & Sweijts, T. (2022). *The Dutch Foreign Relations Index: Version 2*. Retirado de <https://hcss.nl/wp-content/uploads/attachments/DFRI%20Methodology%20Final.pdf>
- Monaghan, S., Jakobsen, E., Martinez, S., Droin, M., Sanders, G., Velazquez, N., . . . Sockwell, M. (2024). *Is NATO Ready for War?* Retirado de <https://csis-website->



- prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/2024-06/240611_Monaghan_Ready_War_0.pdf?VersionId=UO.QCdgxKL2h_hyIPiZN8qalWtWAJ_YD
- Moreira, A. (1999). *Teoria das Relações Internacionais* (3ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Moreira, A. (2003, julho/setembro). Encontros e Desencontros na História das Nações Ibéricas. *Cadernos Navais* (6), 5-16.
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2021). NATO 2030 [Página *online*]. Retirado de <https://www.nato.int/nato2030/>
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2022). NATO Strategic Concept 2022 [Página *online*]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_210907.htm
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2023a). NATO Warfighting Capstone Concept [Página *online*]. Retirado de <https://www.act.nato.int/our-work/nato-warfighting-capstone-concept/>
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2023b). Resilience in NATO [Página *online*]. Retirado de <https://www.act.nato.int/article/resilience-in-nato/>
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2023c). Multi-Domain Operations in NATO – Explained [Página *online*]. Retirado de <https://www.act.nato.int/article/mdo-in-nato-explained/>
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2024a). Deterrence and defence [Página *online*]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_133127.htm
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2024b). Countering hybrid threats [Página *online*]. Retirado de https://www.nato.int/cps/ru/natohq/topics_156338.htm?selectedLocale=en
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2024c). Resilience, civil preparedness and Article 3. [Página *online*]. Retirado de https://www.nato.int/cps/uk/natohq/topics_132722.htm?selectedLocale=en
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2024d). *Independent expert group supporting NATO's comprehensive and deep reflection process on the southern neighbourhood, final report*. Retirado de https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2024/5/pdf/240507-NATO-South-Report.pdf
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2024e). Countering terrorism [Página *online*]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_77646.htm



- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2025a). NATO's role in logistics [Página *online*]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_61741.htm?selectedLocale=en
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2025b). Multinational capability cooperation [Página *online*]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_163289.htm
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (s.d.) About the NATO strategic direction - South hub [Página *online*]. Retirado de <https://thesouthernhub.org/about>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2025). Agência para o clima: um novo impulso para a sustentabilidade em Portugal [Página *online*]. Retirado de <https://www.sg.pcm.gov.pt/a-sgpcm/noticias/2025/marco/agencia-clima/>
- Radovic, S., & Rendek, P. (2024, maio). *Portugal: a global interconnection hub, a gateway to Europe, a gateway to the world*. Retirado de Atlantic Convergence: <https://atlantic-convergence.net/wp-content/uploads/2024/05/2024-DE-CIX-study-Portugal-a-global-interconnection-hub-FINAL.pdf>
- Ramalho, J. L. (2023, abril). Reflexões Sobre a Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional em vigor. *Revista Militar* (2655), 245-255.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 05 de abril. (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Diário da República, 1ª Série, 67, 1981-1995. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2021, de 06 de maio (2021). *Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030*. Diário da República, 1ª Série, 108, 23-62. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Ribeiro, A. S. (2025). A paz pela força [Página *online*]. Retirado de <https://expresso.pt/opiniao/2025-03-31-a-paz-pela-forca-00ac65bb>
- Ribeiro, A. S. (2009). *Teoria geral da estratégia: o essencial ao processo estratégico*. Coimbra: Almedina.
- Santos, J. L. (2012). *Forças Armadas em Portugal*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.
- Sollfrank, A., & Boeke, S. (2024). Enablement and Logistics as Critical Success Factors for Military Operations: Comparing Russian and NATO Approaches. *The RUSI Journal*, 169(7), pp. 10–22. doi: 10.1080/03071847.2024.2434137



- Sistema de Segurança Interna. (2025). *Relatório Anual de Segurança Interna 2024*. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-rasi-2024>
- União Europeia. (2022). *Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa*. Retirado de <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-7371-2022-INIT/pt/pdf>
- União Europeia. (2023a). *Estratégia de Segurança Marítima da UE (revista)*. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/media/67499/st14280-en23.pdf>
- União Europeia. (2023b). Espaço, segurança e defesa [Página *online*]. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/space-security-and-defence>
- União Europeia. (2024). Como está a UE a reforçar a sua cibersegurança [Página *online*]. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/cybersecurity/>
- União Europeia. (2025a). *Livro Branco sobre a Defesa Europeia — Prontidão 2030*. Retirado de https://defence-industry-space.ec.europa.eu/document/download/30b50d2c-49aa-4250-9ca6-27a0347cf009_en?filename=White%20Paper.pdf
- União Europeia. (2025b). *Ameaças híbridas* [Página *online*]. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/hybrid-threats/#response>
- União Europeia. (s.d.). Fronteiras e segurança [Página *online*]. Retirado de https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/borders-and-security_pt
- Yarger, H. R. (2006). *Strategic theory for the 21st Century: the little book on big strategy*. Carlisle: USAWC.



Apêndice A — Corpo de conceitos enquadrantes

Aceitabilidade - relaciona-se com os métodos escolhidos para consecução da estratégia, apurando se os resultados podem ser atingidos sem custos excessivos de recursos e dentro de parâmetros aceitáveis de conduta (Yarger, 2006, p. 70).

Adequabilidade – relaciona-se com os fins a atingir, e pretende verificar se a estratégia definida atinge os objetivos estabelecidos (Yarger, 2006, p. 70).

Ameaça - qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível), de variada natureza (militar, económica, ambiental, etc.) que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais, sendo que no âmbito da estratégia consideram-se principalmente as ameaças provenientes de uma vontade consciente, analisando o produto das possibilidades pelas intenções (Escorrega, 2009).

Capacidade militar - conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade, entre outras (CCEM, 2014b, p. 38).

Espaço estratégico de interesse nacional permanente - espaço que corresponde ao TN compreendido entre o ponto mais a norte, no concelho de Melgaço, até ao ponto mais a sul, nas ilhas Selvagens, e do seu ponto mais a oeste, na ilha das Flores, até ao ponto mais a leste, no concelho de Miranda do Douro, bem como o espaço interterritorial e os espaços aéreos e marítimos sob responsabilidade ou soberania nacional (CCEMb, 2014, p. 12).

Exequibilidade - relaciona-se com os meios existentes e verifica se a estratégia se pode realizar com os recursos disponíveis ou acessíveis (Yarger, 2006, p. 70).

Multidomínio - conceito definido pela OTAN envolvendo a orquestração de atividades militares em todos os ambientes e domínios (marítimo, terrestre, aéreo, espacial e ciberespaço), sincronizadas com atividades não-militares, permitindo alcançar os resultados desejados no momento e local certos, através de opções que - de uma forma decisiva - criam vantagens às forças aliadas e apresentam dilemas aos adversários (OTAN, 2023c).



Resiliência - capacidade nacional e/ou coletiva para preparar, resistir, responder e recuperar rapidamente contra choques e perturbações estratégicas, em todo o espectro de ameaças. (OTAN, 2023b).

Riscos - eventos não intencionais, com impacto estratégico (CCEM, 2014, p. 8).

Segurança cooperativa - regime de segurança associado à prevenção de conflitos e à vontade de cooperar entre adversários potenciais, encorajando a adoção de medidas que permitam prevenir, reduzir, conter ou resolver ameaças militares suscetíveis de levar a uma guerra (Escorrega, 2009).



Apêndice B — Entidades entrevistadas

Quadro 4 – Lista de entidades entrevistadas

	ENTIDADE	NOME	MODALIDADE	DATA	GUIÃO
E1	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA)	GEN José Nunes da Fonseca	E-mail	24Abr25	A
E2	Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA)	ALM Jorge Manuel Nobre de Sousa	E-mail	28Mar25	A
E3	Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME)	GEN Eduardo Manuel Mendes Ferrão	E-mail	10Abr25	A
E4	Chefe da Representação Militar junto da OTAN e da UE (MILREP)	TGEN Paulo José Reis Mateus	Videochamada	20Fev25	A
E5	Comandante Operacional da F. Aérea	TGEN Sérgio Pereira	Presencial	11Mar25	A
E6	Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPND)	TGEN Nuno Lemos Pires	Presencial	19Fev25	A
E7	Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico Militar (DIPLAEM)	BGEN Fernando Leitão	Presencial	14Fev25	A
E8	Especialista Militar: Ex-CEMA	ALM António Silva Ribeiro (Ref)	E-mail	01Mar25	A
E9	Especialista Militar: Ex-CEME	GEN Pinto Ramalho (Ref)	Videochamada	26Fev25	A
E10	Especialista Militar: Professor Universitário	MGEN Vieira Borges (Res)	E-mail	19Fev25	A
E11	Especialista Militar: Professor Universitário	COR Luis Bernardino (Res)	E-mail	20Mar25	B
E12	Especialista Civil: Diplomata	*	Chamada telefónica	27Fev25	B
E13	Especialista Civil: Professor Universitário	Prof. Doutor António Telo	Presencial	07Mar25	B
E14	Especialista Civil: Professor Universitário	Prof. Doutor José Palmeira	E-mail	31Mar25	B

* - Solicitou anonimato.



Apêndice C — Guiões das entrevistas

Quadro 5 – Questões agrupadas por assunto e tipologia

ASSUNTOS/QUESTÕES	GUIÃO	
	A	B
1. RELEVÂNCIA GEOESTRATÉGICA DO ESPAÇO DE SOBERANIA PORTUGUÊS PARA A OTAN E PARA A UE.		
1.1. Quais os fatores geoestratégicos do espaço de soberania português (localização, morfologia, dimensão, etc.) que atualmente têm (ou podem vir a ter) maior relevância para a OTAN/UE?	X	X
1.2. Quais os principais interesses e respetivas ameaças aos interesses da OTAN/UE que envolvam diretamente o espaço de soberania português?	X	X
1.3. Quais as principais funcionalidades estratégicas (influência, apoio logístico, combate militar direto, profundidade estratégica, etc.) que o espaço de soberania português pode desempenhar a favor da OTAN/UE?	X	X
2. CAPACIDADE ESTRATÉGICA MILITAR NACIONAL ATUAL PARA ASSEGURAR A DEFESA DO ESPAÇO DE SOBERANIA PORTUGUÊS, NO QUADRO DOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS ASSUMIDOS.		
2.1. No quadro dos compromissos internacionais assumidos com a OTAN/UE, a atual estratégia militar nacional é adequada (quanto aos fins) e exequível (quanto aos meios) para defender o espaço de soberania português?	X	
2.2. Como podem ser potencializados os aspetos genéticos, estruturais e operacionais da estratégia militar portuguesa, nos diversos domínios, no sentido de a tornar mais eficaz?	X	
2.3. Que medidas estratégico-militares portuguesas poderão contribuir para uma maior relevância do espaço de soberania português para a OTAN e UE?	X	
2.4. A documentação estratégica de defesa nacional em vigor (CEDN, CEM, MIFA, SF, DIF) está ainda atual face aos desenvolvimentos estratégicos dos últimos dez anos?	X	



Apêndice D — Resultados das entrevistas

Questão 1.1. Quais os fatores geoestratégicos do espaço de soberania português (localização, morfologia, dimensão, etc.) que atualmente têm (ou podem vir a ter) maior relevância para a OTAN/UE?	
INDICADOR: <u>Fatores geoestratégicos</u> : localização, morfologia, recursos, dimensão, etc.	
ENTIDADE	SÍNTESE DOS RESULTADOS ²⁸
E1	Ativo estratégico de elevada relevância, não apenas pela localização geográfica , mas também forma como País tem sabido integrar posicionamento num compromisso efetivo com segurança e defesa coletiva . OTAN reconhece a importância do flanco ocidental e sul - parte integrante abordagem 360°. Destacam-se: posição geográfica atlântica - acesso direto linhas de comunicação marítima transatlânticas e rotas logísticas apoio projeção forças, essenciais para dissuasão e defesa; Açores e da Madeira - apoio logístico, vigilância, profundidade estratégica, com particular utilidade para operações; vastidão e valor da ZEE - controlo fluxos energéticos, cabos submarinos e recursos naturais; pilar segurança marítima OTAN e UE; proximidade regiões Norte de África e do Sahel - ameaças transversais (terrorismo, tráficos ilícitos, instabilidade governativa) conferem responsabilidade acrescida ao flanco Sul da Aliança; capital diplomático e histórico de Portugal – CPLP, segurança cooperativa e projeção de estabilidade.
E2	Confluência Atlântico Norte, Mediterrâneo Ocidental e Atlântico Sul; ponto nevrálgico segurança marítima euro-atlântica; Proximidade Estreito de Gibraltar ; importância proteção das Sea Lines of Communication (SLOC) e abastecimento energético Europa; próximo costa leste EUA ; papel crucial ligação transatlântica e projeção forças aliadas para diversos teatros de operações - Mediterrâneo, Golfo Guiné, Ártico; Dimensão marítima ; recursos naturais estratégicos ; volume elevado de trânsito marítimo; Segurança energética da UE (Porto Sines); papel fundamental na segurança das infraestruturas críticas submarinas .
E3	Ponte entre Europa, África e Américas; apoio logístico a operações militares no continente europeu; vigilância marítima e controlo rotas comerciais; papel Açores no apoio a operações militares transatlânticas ; Madeira : apoio operações militares terrestres e segurança marítima Atlântico Sul ; Dimensão ZEE alargada , crucial para segurança marítima da OTAN/UE - controlo rotas energéticas, comunicações submarinas e proteção recursos naturais ; Infraestruturas militares e logísticas no continente, como o Porto de Sines ; hub energético e logístico de acesso ao mercado europeu. Infraestruturas militares permitem Reception, Staging and Onward Movement (RSOM) ; Cabos submarinos reforçam importância âmbito cibersegurança e defesa digital ; defesa do flanco Sul da OTAN .
E4	Intersecção entre Europa, América e África; ponto chave segurança transatlântica e projeção forças aliadas ; segurança SLOC; enablement da OTAN e mobilidade militar; Açores (v.g. a Base Lajes) ativo estratégico para operações transatlânticas - apoio logístico e capacidade de reabastecimento ; papel Açores vigilância marítima e controlo do espaço aéreo estratégico . Importância Madeira na segurança flanco sul ; infraestruturas críticas no continente para reforço forças aliadas; dimensão ZEE, essencial para segurança marítima ; rede cabos submarinos - alvo potencial para ameaças híbridas ; defesa fronteira marítima da UE (fluxos migratórios, tráfico ilícito, etc.); papel na cooperação OTAN - UE (ponto convergência); e capacidade de vigilância e dissuasão (contributo relevante para as <i>vigilance activities</i> da OTAN, DDA, família planos, etc.).

²⁸ Por limitação de espaço, apenas são apresentadas as principais ideias-chave, relevantes para a presente investigação, agrupadas por indicador. A síntese é da inteira responsabilidade do autor do presente trabalho. No entanto, estão disponíveis todas as entrevistas recebidas por *e-mail* e os registos sonoros das entrevistas feitas a distância.



O espaço de soberania português como campo de ação no quadro da OTAN e da UE. Contributos para um modelo estratégico de abordagem à relevância estratégica nacional na OTAN e UE.

E5	Importância âmbito trânsito marítimo e aéreo ; centralidade euro-atlântica ; importância busca e salvamento domínio comercial; recursos plataforma continental; fronteira da Europa.
E6	Ligação entre Atlântico Norte e Sul - ligação Açores, Madeira, Lisboa, Macaronésia, e países atlânticos língua portuguesa ; em face maior multipolarização é reforçada nossa centralidade atlântica; porta entrada comercial e militar do Atlântico para Europa; ancoradouro cabos submarinos, de energia , etc.
E7	Centralidade dos Açores ; infraestruturas existentes; Pull factor, e credibilidade aos olhos dos aliados; combate às ameaças .
E8	Ponto de interseção entre o Atlântico Norte, a Europa, a África e a América; Plataforma para projeção de força e apoio logístico operações OTAN e da UE; Arquipélagos Madeira e Açores permitem controlo vastas áreas Atlântico ; essenciais para a comunicação intercontinental e para segurança linhas transporte marítimo, aéreo e cabos submarinos.
E9	Capacidade de vigilância no Atlântico ; fiscalização no espaço aéreo nossa responsabilidade. Ponto amarração cabos submarinos, vitais para economia e comunicações; porta de entrada para Europa em caso de necessidade - staging area, pré-posicionamento tropas ou materiais, munições, combustíveis, etc. ; importância dos Açores ; importância do espaço marítimo e aéreo, mas também terrestre, tal como Guerra Fria ; articulação entre espaços – Europa, continente americano, Norte de África e Atlântico Sul; importância da ZEE; alargamento plataforma continental; infraestruturas logísticas e militares, mas também de treino, como Santa Margarida ; “repartição do trabalho estratégico” fora do espaço de soberania.
E10	A localização (entre a América, Europa e África) e a dimensão (em especial da ZEE – e mais tarde da Plataforma Continental).
E11	Dimensão, associada à geografia e características específicas ; espaço de interesse vital para OTAN e UE.
E12	Mais-valia que representa o nosso espaço de oportunidades estratégicas, conferidas sobretudo pela nossa dimensão marítima .
E13	Importância do Atlântico para grandes potências (EUA, China); ligação ao Ártico e matérias-primas estratégicas em termos de riquezas no futuro; relevância Açores.
E14	Amplitude da dimensão espaços marítimo e aéreo; ponte entre a Europa, África e as Américas do Norte, Central e do Sul; porta da UE; profundidade estratégica e capacidade de articulação com outros espaços geopolíticos, através da sua inserção em espaços multilaterais, como a comunidade lusófona (CPLP) e a comunidade ibero-americana.

Questão 1.2. Quais os principais interesses e respetivas ameaças aos interesses da OTAN/UE que envolvam diretamente o espaço de soberania português?	
INDICADOR: Interesses e respetivas ameaças.	
ENTIDADE	SÍNTESE DOS RESULTADOS
E1	Interesses: Liberdade de navegação e o controlo de rotas marítimas e aéreas que atravessam ZEE - fluxo de bens, energia e informação; utilização dual de infraestruturas nacionais - apoio logístico, C2, vigilância e projeção de forças; preservação resiliência e segurança de infraestruturas críticas , incluindo cabos submarinos, sistemas energéticos e redes de comunicações. Ameaças: crescente competição estratégica de potências externas ; ameaças assimétricas e híbridas ; instabilidade regional no Norte de África e no Sahel ; intensificação de ameaças no domínio cibernético e no espaço .
E2	Essencial para segurança principais rotas comerciais, proteção das infraestruturas críticas marítimas (incluído submarinas) e segurança energética da Europa; liberdade de navegação, proteção dos cabos submarinos e segurança dos fluxos energéticos ; crescente presença naval russa no Atlântico Norte e riscos ataques cibernéticos ou sabotagem ; a proximidade de Portugal a áreas instáveis, como o Norte de África e o Sahel , intensifica papel na segurança marítima; disputas marítimas e a potencial militarização de áreas estratégicas, a proliferação de ameaças híbridas , bem como vulnerabilidade das infraestruturas críticas , incluindo portos e cabos submarinos; crescimento da pirataria e do crime organizado proximidades Golfo da Guiné e a instabilidade no Atlântico Sul também representam desafios securitários.



O espaço de soberania português como campo de ação no quadro da OTAN e da UE. Contributos para um modelo estratégico de abordagem à relevância estratégica nacional na OTAN e UE.

E3	Principais interesses estão sobretudo relacionados com a segurança marítima , a defesa do Atlântico , a proteção de infraestruturas estratégicas e a estabilidade das suas fronteiras externas; controlo e segurança do Atlântico Norte; proteção das ZEE e da Plataforma Continental , em virtude dos recursos estratégicos e segurança marítima; defesa das infraestruturas estratégicas , como Base das Lajes, Porto de Sines, ou cabos submarinos; a posição da Madeira em relação norte África e Golfo Guiné para controlo do fluxo migratório, combate ao tráfico de drogas e a segurança marítima. Principais ameaças: atividade russa no Atlântico e ameaça híbrida; interferência chinesa em infraestruturas estratégicas; terrorismo e crime organizado transatlântico; segurança energética e ameaças às rotas comerciais; mudanças climáticas.
E4	Principais interesses envolvem: segurança das rotas marítimas e infraestruturas críticas submarinas, garantia da liberdade de navegação e a proteção SLOCs ; proteção de cabos submarinos ; segurança dos portos estratégicos e infraestruturas de reabastecimento; mobilidade militar e enablement da OTAN ; garantia de integridade do espaço aéreo nacional e internacional; prevenção atividades ilícitas (v.g. pesca ilegal e tráfico de droga), estabilidade regional e cooperação em segurança , segurança do Atlântico e do flanco sul da OTAN . Principais ameaças: ameaças híbridas e cibernéticas; atividades hostis no Atlântico e no espaço aéreo; aumento da presença naval de potências adversárias (Rússia, China); incursões aéreas e marítimas; tráficos ilícitos e instabilidade no flanco sul; pressões migratórias descontroladas; vulnerabilidades das infraestruturas logísticas e energéticas.
E5	Interesses: salvaguarda de bens nos espaços marítimos e aéreos internacionais ; Importância dos Açores na profundidade estratégica, monitorização do Atlântico e apoio logístico às operações na Europa; importância da Madeira no âmbito da monitorização do Atlântico Sul; infraestruturas portuárias de grande capacidade . Quanto às ameaças, as definidas na documentação estratégica da OTAN e UE.
E6	A intensificação de algumas ameaças submarinas ; trânsitos feitos nas nossas águas próximas; o mais importante é a segurança da fronteira exterior da UE e da OTAN (flanco sul) ; importância também porque Portugal é um ator credível e confiável no âmbito da segurança cooperativa e coletiva; somos um ator incontornável da arquitetura de segurança do flanco sul .
E7	Terrorismo, interrupção das linhas de comunicação, etc. A ameaça convencional não está posta de parte , como se viu na Ucrânia. Começou híbrida em 2014 e em 2022 introduziu-se também a convencional.
E8	Interesses incluem a segurança das rotas de comunicação marítima e aérea e dos cabos submarinos, o controlo e monitorização de atividades hostis no Atlântico, a dissuasão de ameaças híbridas e cibernéticas, bem como a prevenção de atividades criminosas transnacionais, como tráfico de droga e terrorismo . A maior preocupação reside no risco das ameaças não convencionais, como as operações de guerra híbrida , os ataques cibernéticos e a militarização do Atlântico por potências extrarregionais (Rússia e China) que pretendem interferir na economia e segurança transatlântica.
E9	A ameaça submarina (apesar de ter diminuído significativamente); seguimento dos navios e acompanhamento de aviões e bombardeiros russos; terrorismo internacional .
E10	A vigilância e proteção da fronteira marítima de Portugal (que constitui fronteira das duas OI; 1.230 Km – Continente, + 667 km - Açores, + 250 km - Madeira); proteção dos cabos submarinos.
E11	Os interesses e as ameaças são necessariamente comuns e partilhados entre a OTAN/UE e Portugal neste contexto , pois não existe segurança no espaço euro-atlântico e no espaço europeu se não existir segurança nos espaços de soberania nacional, nomeadamente no nosso espaço de soberania; cooperação bi-multilateral melhor forma responder melhor às ameaças híbridas.
E12	Sobretudo a ameaça russa , na medida em que é principal ameaça mais direta, geoestratégica e militar. Portugal tem conjunto de ameaças que derivam do contexto internacional , sendo a maior preocupação garantir a capacidade de fiscalização dos espaços da área de responsabilidade nacional, tanto à superfície como no fundo do mar .
E13	Competição geopolítica no Atlântico , tendo os Açores um papel central.
E14	A falta de coesão na OTAN representaria uma vulnerabilidade para o euro-atlantismo português , dado o seu posicionamento periférico no contexto europeu; eventual clivagem retiraria relevância geoestratégica aos Açores , cuja presença militar norte-americana tem simbolizado a aliança cooperativa



O espaço de soberania português como campo de ação no quadro da OTAN e da UE. Contributos para um modelo estratégico de abordagem à relevância estratégica nacional na OTAN e UE.

	dos dois lados do Atlântico, e fragilizaria a defesa do Atlântico Médio , não só plano militar convencional, como também ao nível do combate aos tráficos e à segurança dos cabos submarinos que ligam à Europa através de Portugal.; ameaças à segurança da fronteira marítima portuguesa têm implicações na Europa e obrigam à mobilização de meios capazes de funcionar como um instrumento de dissuasão, mas também de combate, se for o caso.
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Questão 1.3. Quais as principais funcionalidades estratégicas (influência, apoio logístico, combate militar direto, profundidade estratégica, etc.) que o espaço de soberania português pode desempenhar a favor da OTAN/UE?	
INDICADOR: Funcionalidades estratégicas: influência, apoio logístico, combate militar direto, profundidade estratégica, etc.	
ENTIDADE	SÍNTESE DOS RESULTADOS
E1	Profundidade estratégica e apoio projeção de forças , seja âmbito dissuasão da OTAN como na resposta a emergências civis e humanitárias quadro da UE; segurança e vigilância marítima - determinante para garantir liberdade navegação e resiliência espaço informacional europeu; conetividade e interoperabilidade estratégica - permitindo reforçar a interoperabilidade, e potenciar o desenvolvimento de capacidades interoperáveis; capacidade de dissuasão no flanco Sul e Ocidental da Aliança - complementando vigilância e presença militar em zonas de crescente instabilidade, abordagem 360°; facilitador de segurança cooperativa e partilha de informação - mediador estratégico e promotor de parcerias âmbito estabilidade regional e capacitação.
E2	Influência geopolítica, apoio logístico , passando pelo combate militar direto e pela profundidade estratégica; vigilância e proteção das principais rotas marítimas internacionais, garantindo a dissuasão (<i>deterrence</i>) estratégica no Atlântico e prevenindo ameaças híbridas, como a atividade submarina hostil, o crime organizado e o tráfico ilícito. A proximidade a regiões críticas, reforça relevância como vetor de estabilidade e segurança cooperativa , tanto na OTAN, como da UE; apoio logístico , proporcionando infraestruturas militares e portuárias estratégicas; papel fundamental na Anti-Submarine Warfare (ASW); cooperação com OTAN na defesa do espaço aéreo euro-atlântico; capacidade de defesa aérea e naval; profundidade estratégica , como retaguarda segura para a OTAN e UE; distribuição descentralizada de forças e infraestruturas, reduzindo vulnerabilidades; resiliência geográfica e infraestrutural.
E3	Influência e projeção de poder no Atlântico; apoio logístico e infraestrutura para operações militares; defesa aérea e naval no Atlântico Norte; profundidade estratégica e resiliência territorial; segurança energética e proteção infraestruturas críticas ; base operações Atlântico Sul e África ; potencialidade de emprego meios militares terrestres nacionais em África .
E4	Influência estratégica e segurança regional ; apoio logístico e <i>enablement</i> militar; combate militar e dissuasão estratégica. Defesa do espaço aéreo e marítimo do flanco Atlântico da OTAN; capacidade de resposta a ameaças híbridas e convencionais. profundidade estratégica e resiliência militar .
E5	Profundidade estratégica; monitorização do Atlântico; apoio logístico às operações na Europa; infraestruturas.
E6	Segurança da fronteira exterior da UE e da OTAN (flanco sul) ; ator credível e confiável no âmbito da segurança cooperativa e coletiva; ator incontornável da arquitetura de segurança do flanco sul.
E7	Combate militar; profundidade estratégica em caso de guerra generalizada; segurança das linhas de comunicações.
E8	Apoio logístico; projeção de força da OTAN e da UE; infraestruturas dos Açores essenciais para missões de reabastecimento, patrulha e monitorização de atividades diversas dos adversários no Atlântico; profundidade estratégica.
E9	Vigilância e monitorização no Atlântico; fiscalização do espaço aéreo; apoio logístico; articulação entre espaços.
E10	Apoio logístico e profundidade estratégica.



O espaço de soberania português como campo de ação no quadro da OTAN e da UE. Contributos para um modelo estratégico de abordagem à relevância estratégica nacional na OTAN e UE.

E11	Garantia de profundidade estratégica, separação entre escalões de forças , possibilidade de emprego e constituição de reservas estratégicas e eixo de ligação no apoio logístico entre teatros ; oceanos como áreas estratégicas vitais para garantir comunicações estratégicas (cabos submarinos) , garantir liberdade de ação estratégica (submarinos e submergíveis) , assegurar o emprego rápido de meios em reserva e no apoio logístico massivo a operações (transporte marítimo) .
E12	Combate ameaças e fiscalização dos espaços da área de responsabilidade nacional, tanto à superfície como no fundo do mar.
E13	Ligação Atlântico português – Atlântico do Reino Unido - Ártico.
E14	Profundidade estratégica; aproximação da UE com a América do Norte graças aos Açores; Açores como ponto importante para rastreo de satélites e o lançamento de foguetões; centralidade política , fruto da ascensão de portugueses a cargos relevantes de entidades multilaterais internacionais - o histórico universalismo português.

Questão 2.1. No quadro dos compromissos internacionais assumidos com a OTAN/UE, a atual estratégia militar nacional é adequada (quanto aos fins) e exequível (quanto aos meios) para defender o espaço de soberania português?	
INDICADOR: Adequabilidade (face aos fins); aceitabilidade (face aos métodos); exequibilidade (face aos meios).	
ENTIDADE	SÍNTESE DOS RESULTADOS
E1	Em geral adequada , apesar áreas críticas onde a exequibilidade depende de investimentos continuados e de decisões estruturantes. Alinhamento com princípios e exigências OTAN e UE - vigilância e controlo do espaço marítimo e aéreo, interoperabilidade e proteção de infraestruturas críticas. Capacidade de atuação assegurada por forças conjuntas ajustadas às ameaças e funcionalidades espaço de soberania. Entre os fatores condicionantes da exequibilidade realçam-se: necessidade de modernização contínua das capacidades e meios , em particular nos domínios naval e aéreo, fundamentais à projeção de presença e à dissuasão credível no Atlântico; exigência de robustecimento das capacidades cibernéticas; sustentabilidade do esforço militar em contexto de limitação de recursos, que obriga a escolhas estratégicas e à articulação estreita com os aliados . Em virtude maior pressão Estados-membros reforçarem prontidão e capacidade de resposta integrada, estratégia militar nacional tanto mais exequível quanto mais for apoiada por uma vontade política estável, uma gestão eficiente do investimento em defesa e uma visão estratégica de longo prazo . Exequibilidade estratégica requer um modelo de forças adaptável aos imperativos de guerra futura delineados pelo NWCC, incluindo resiliência multicamada e superioridade cognitiva.
E2	EMN adequada nos fins, carece de modernização e reforço de capacidades para garantir exequibilidade, particularmente âmbito dissuasão, proteção infraestruturas críticas e projeção de forças. Métodos necessitam atualização , especialmente no potencial de combate. reforço capacidade resposta rápida, desenvolvimento da cibersegurança e guerra eletrónica, integração tecnologias emergentes e disruptivas e adoção conceito defesa multidomínio. Quanto exequibilidade, meios disponíveis são insuficientes . Principais lacunas incluem necessidade modernização meios navais e aéreos, reforço capacidades ASW, melhoria capacidades C4I e aumento interoperabilidade. Dificuldades na retenção e recrutamento de pessoal qualificado comprometem a capacidade resposta e sustentabilidade operacional FFAA.
E3	EMN bem concebida e alinhada com compromissos internacionais. Exequibilidade enfrenta desafios significativos relacionados com os recursos disponíveis . Restrições afetam disponibilidade meios necessários para ameaças e compromissos internacionais; exequibilidade depende de aumento substancial e sustentado do investimento em defesa.
E4	EMN alinhada com compromissos internacionais. Adequada quanto aos fins . Exequibilidade enfrenta desafios estruturais e operacionais; subfinanciamento crónico da defesa, escassez de efetivos e necessidade de modernização de capacidades afetam diretamente a capacidade nacional de



O espaço de soberania português como campo de ação no quadro da OTAN e da UE. Contributos para um modelo estratégico de abordagem à relevância estratégica nacional na OTAN e UE.

	projetar força, monitorizar e controlar eficazmente o seu espaço de soberania, especialmente no Atlântico. Embora FFAA possuam aeronaves e meios navais para vigilância há necessidade de renovação de plataformas e de reforço de meios de patrulha e dissuasão , garantindo um nível adequado de prontidão.
E5	É necessário ajustar a EMN às alterações em curso na Aliança – nova estrutura de forças, ênfase no convencional, etc.
E6	Apesar da documentação estratégica nacional estar desatualizada, Portugal acompanha desenvolvimentos da Aliança e UE e evolui nos seus compromissos, os quais são cada vez mais exigentes - novos alvos capacitários, novas prioridades, novos planos de força. Portanto, a nossa EMN não está desatualizada na perspetiva OTAN e UE, mas em virtude dos novos alvos capacitários, enfrenta desafios, principalmente ao nível genético.
E7	Apesar FFAA terem evoluído desde 2014, documentação estratégica nacional necessita de atualização , principalmente nível capacidades, no sentido de as alinhar com documentos estratégicos OTAN e UE. Quanto aos fins, a EMN está adequada ; está a ser desenvolvido um Plano de Defesa Militar nacional, que integra orientações OTAN e UE, e as ajusta à realidade nacional; a organização, planeamento e emprego de forças faz face ameaças atuais, não as de 2013. Quanto aos meios e capacidades, apesar de estarem bem definidas no SF, terá de haver evolução dimensão qualitativa.
E8	EMN alinhada com compromissos OTAN e UE , mas enfrenta desafios; investimento nas FFAA insuficiente face necessidade aumento efetivos e modernização meios, especialmente componente naval e aérea. Estrutura de defesa funcional , mas exige reforço capacidades tecnológicas (radar defesa aérea, acesso satélites), cibernéticas e patrulha marítima (P3, navios e submarinos).
E9	Temos de reconhecer que tem havido depauperamento capacidades militares desde há muito. No Exército, que se justifica levantando grandes unidades (não é batalhões e companhias) o desafio é de modernizar de forma equilibrada. Não podemos correr o risco de modernizar apenas fogos, e não modernizar a manobra, apoio de combate, apoio de serviços, etc. a primeira prioridade, são os recursos humanos. Apesar necessitarmos mais meios, missões têm de ser adequadas àquilo que nós temos capacidade para fazer; quando se assumem compromissos, tem de ter capacidade para os respeitar, para os cumprir.
E10	EMN é adequada relativamente fins, mas não suficiente quanto meios para defender o espaço de soberania nacional.

Questão 2.2. Como podem ser potencializados os aspetos genéticos, estruturais e operacionais da estratégia militar portuguesa, nos diversos domínios, no sentido de a tornar mais eficaz?	
INDICADOR: Aspetos genéticos, estruturais e operacionais.	
ENTIDADE	SÍNTESE DOS RESULTADOS
E3	<p>Genéticos: reforçar elementos identitários e doutrinários que moldam cultura estratégica das FFAA, em alinhamento com o princípio ‘superioridade cognitiva’; consolidação de uma cultura de pensamento estratégico, assente na aprendizagem institucional, na integração de lições operacionais e na antecipação de ameaças emergentes; revisão e atualização da doutrina, à luz dos conceitos operacionais aliados e das ameaças híbridas.</p> <p>Estruturais: modernização infraestruturas de C3I; digitalização progressiva cadeia logística e administrativa; capacitação tecnológica (ciberdefesa, IA, sensores autónomos e <i>big data</i>) acompanhada com tecido científico, académico e industrial nacional.</p> <p>Operacionais: fomentar a flexibilidade, modularidade e eficácia das forças; constituição de unidades expedicionárias, aptas a operar em cenários multidomínio em articulação com forças aliadas; realização sistemática de exercícios conjuntos, com cenários realistas e centrados em ameaças híbridas e cibernéticas; capacitação da liderança, a racionalização dos recursos humanos e a consolidação da cadeia de sustentação logística.</p> <p>Por fim, deve sublinhar-se que a plena potencialização destes três domínios exige uma visão estratégica integrada, sustentada por uma política de Defesa consistente, por ciclos de planeamento articulados e por um compromisso político e social alargado com o reforço da capacidade nacional de defesa. A</p>



O espaço de soberania português como campo de ação no quadro da OTAN e da UE. Contributos para um modelo estratégico de abordagem à relevância estratégica nacional na OTAN e UE.

	valorização do espaço de soberania português, enquanto ativo partilhado no quadro da OTAN e da UE, depende diretamente da robustez do instrumento militar nacional e da sua inserção estratégica nas arquiteturas de segurança coletiva.
E2	Genéticos: modernização capacidades militares; foco no potencial de combate, incluindo aquisição meios navais e aéreos mais atualizados e avançados, reforço capacidades ASW, investimento sistemas autónomos multidomínio e ciberdefesa; retenção e motivação pessoal militar devem ser prioritárias. Estruturais: melhorar eficiência organizacional através gestão financeira otimizada e maior autonomia patrimonial; transformação digital e interoperabilidade. IA e <i>big data</i> poderá aumentar capacidade análise e antecipação ameaças, fortalecendo resiliência nacional. Operacionais: reforço potencial de combate e prontidão militar; capacidade projeção forças no Atlântico deve ser consolidada; diversificação missões internacionais, com maior participação operações segurança cooperativa e dissuasão Atlântico e Mediterrâneo.
E3	Genéticos: aumento do investimento em defesa (prioridades: modernização equipamento militar, cibersegurança e reforço capacitação FFAA); maior interoperabilidade (treino conjunto, protocolos comunicação, operações em rede, reforço capacidades logísticas e mobilização rápida em cenários emergência). Estruturais: reorganização e modernização FFAA (novas capacidades e unidades especializadas - forças cibernéticas e unidades de elevada mobilidade); planeamento estratégico longo prazo (desenvolvimento infraestruturas e capacidades novas áreas (defesa cibernética e IA) e diversificação fontes aquisição armamento e tecnologia, assim como desenvolvimento parcerias com empresas de defesa inovadoras); integração da população na defesa do território pela insurgência. Operacionais: capacitação e formação contínua; aposta em tecnologias emergentes; integração das forças de segurança e defesa (particularmente combate ao terrorismo e desastres naturais); planeamento da defesa do território.
E4	Genéticos , doutrina e estratégia: revisão CEDN e CEM para melhor alinhamento compromissos internacionais; desenvolvimento cultura defesa mais robusta; aprofundamento interoperabilidade doutrinária com aliados. Estruturais , organização e recursos: reforço financiamento defesa modernização capacidades; atingir e, se necessário, ultrapassar 2% forma sustentada; reformulação, se necessário, SF, adaptando nova realidade âmbito DDA; integração mais efetiva forças de duplo uso, melhoria das condições de retenção e recrutamento de pessoal. Operacionais , capacidades e domínios de atuação: domínio terrestre: modernização, reforço capacidade expedicionária FND; domínio marítimo: modernização, reforço presença naval no Atlântico; domínio aéreo: modernização, reforçando capacidade de dissuasão, e apoio operacional, ciber, espacial (ofensiva e defensiva); explorar potencial vigilância por satélite para melhorar segurança marítima e o controlo de rotas estratégicas.
E5	Aumento da interconectividade dos meios da FAP; continuação desenvolvimento vetor espacial ; reformulação capacidade de defesa aérea (F-16); modernização da capacidade projeção de forças (KC390 e c130); continuação da participação compromissos internacionais ; desenvolvimento capacidade ASW (P3); continuação aposta desenvolvimento simuladores ; melhoria capacidade radar (Açores).
E6	Desenvolvimento estrutura multidomínio nos domínios genético, estrutural e operacional. Em termos de estratégia estrutural, temos de resolver problemas gigantescos <i>ab initio</i> , primeiro, recrutar e reter. A prioridade é o pessoal e depois a seguir vem o equipamento e infraestruturas. Credibilidade: o que dizemos que temos e oferecemos, temos de mesmo de ter. Temos um problema de capacidades mínimas , sendo necessário definir prioridades e estratégias.
E7	Na vertente genética , importa não só ter em consideração os objetivos de capacidade (targets), como também as nossas responsabilidades enquanto país Atlântico, a nossa ligação com África, com a América do Sul e isso não pode ser esquecido. Na vertente estrutural , as FFAA tiveram importante reestruturação últimos quatro anos, tendo agora orgânica distinta. Por outro lado, no quadro nossos compromissos OTAN, há importantes dinâmicas que implicam aspetos genéticos e estruturais - o Exército, por exemplo, terá de edificar uma nova brigada ligeira, além da média que já tem em edificação; é também preciso ter em conta as responsabilidades nos diferentes planos regionais, a diferente natureza e prontidão das forças. Na vertente operacional , será fundamental responder àquilo que os hoje os teatros nos impõem - aquilo que fazemos.
E8	Aumento navios patrulha marítima , modernização e empenhamento das fragatas e dos submarinos nos Açores e investimento em sistemas de defesa aérea por radar e satélite ; empenhamento permanente de P3, F 16 e A 29 nos Açores ; desenvolvimento da capacidade de ciberdefesa e do uso de drones



O espaço de soberania português como campo de ação no quadro da OTAN e da UE. Contributos para um modelo estratégico de abordagem à relevância estratégica nacional na OTAN e UE.

	para monitorização e vigilância do Atlântico; maior participação em exercícios conjuntos e otimização do sistema de C2 das FFAA ; estabelecimento de base de referência nos Açores (BA Lages e Porto da Praia da Vitória) para operações da OTAN e da UE no Atlântico. Isto também implica reforço das guarnições do Exército na Terceira, para garantirem a segurança das instalações militares e dissuadirem eventuais ameaças.
E9	A estratégia operacional é sempre função daquilo que a estratégia genética pode fornecer. Como nós não temos capacidade de produção, temos de ir buscar aquilo que existe e o que é possível. Seria muito importante recuperar a indústria de defesa (em determinados nichos) e penetrar em projetos cooperativos internacionais. Exemplos seriam munições, explosivos, montagem armas ou viaturas, drones , etc. Ideal era conseguir fazer cá uma Autoeuropa no âmbito da defesa .
E10	Genéticos: com mais investimento na indústria de defesa nacional e na relação entre a “Academia”, os “Centros de Investigação e Inovação”, a “Indústria Privada” e o (apoio e incentivo do) Estado. Estruturais: com uma estrutura interministerial que faça a necessária ligação, articulação e coordenação entre a indústria de defesa nacional e a indústria europeia. Operacionais: com mais ligação à genética nacional (o desenvolvimento – mas interoperável com OTAN); com coordenação das capacidades mais adequadas às FA nacionais (OTAN); com módulos completos, prontos, disponíveis e eficazes.

Questão 2.3. Que medidas estratégico-militares portuguesas poderão contribuir para uma maior relevância do espaço de soberania português para a OTAN e UE?	
INDICADOR: Medidas de valorização do instrumento militar nacional, no quadro dos compromissos internacionais.	
ENTIDADE	SÍNTESE DOS RESULTADOS
E1	A centralidade atlântica do território nacional, combinada com função de charneira geopolítica, exige conjunto de medidas que permitam não apenas proteger esse espaço, mas também projetar a sua utilidade no esforço coletivo de segurança e defesa. Entre as medidas estratégicas consideradas prioritárias, destacam-se: modernização e resiliência das infraestruturas críticas de defesa , com particular enfoque nas plataformas de comando, controlo e vigilância, bem como nas capacidades de apoio logístico e reabastecimento, nomeadamente nos arquipélagos dos Açores e da Madeira; reforço das capacidades de ciberdefesa e de resposta a ameaças híbridas , incluindo a criação ou consolidação de centros de excelência nacionais que possam integrar os mecanismos de coordenação e resposta da OTAN e da UE, em linha com o quadro de resiliência multidimensional previsto nos respetivos conceitos estratégicos; dinamização da interoperabilidade e da participação ativa em forças e projetos multinacionais , no âmbito da OTAN e da UE, potenciando o contributo nacional em capacidades específicas de elevado valor operacional, como a vigilância marítima, a guerra de minas, ou a evacuação médica estratégica; valorização do potencial científico e industrial nacional , através da intensificação das parcerias entre o setor da defesa, a academia e a indústria, com vista ao desenvolvimento soluções tecnológicas de uso dual, contribuindo para a autonomia estratégica da UE e para a modernização instrumento militar nacional; projeção do espaço de soberania português como eixo de segurança cooperativa transatlântica e euro-africana , promovendo ativamente diálogo político-militar, a capacitação de forças parceiras e o apoio a operações de estabilização e gestão de crises em regiões adjacentes ao flanco sul da Aliança. Estas medidas, para serem eficazes, devem estar articuladas com os ciclos de planeamento da defesa nacional, com os instrumentos de financiamento europeus e com os quadros estratégicos de dissuasão e defesa da OTAN. A valorização do espaço de soberania português exige, assim, uma abordagem integrada, persistente e multilateral , centrada na utilidade estratégica efetiva e no compromisso com a segurança coletiva
E2	Essencial reforçar a vigilância marítima e a capacidade de dissuasão , assegurando segurança rotas marítimas e infraestruturas críticas; modernização meios militares , incluindo aquisição navios patrulha oceânica, fragatas nova geração e submarinos; investimento em sistemas autónomos , como veículos não tripulados multidomínio e sensores submarinos, reforçará deteção e mitigação de ameaças convencionais e híbridas, enquanto a presença naval contribuirá para a projeção de força e proteção interesses estratégicos nacionais e aliados; modernização das FFAA e das infraestruturas militares é fundamental para aumentar capacidade operacional e garantir a integração eficaz com os aliados; incorporação de tecnologias avançadas , como IA, ciberdefesa e guerra



O espaço de soberania português como campo de ação no quadro da OTAN e da UE. Contributos para um modelo estratégico de abordagem à relevância estratégica nacional na OTAN e UE.

	<p>eletrónica. Paralelamente, a atualização de sensores, sistemas de armas e redes de comunicações seguras fortalecerá capacidade de resposta rápida e interoperabilidade com as forças da OTAN e da UE; a modernização das infraestruturas de apoio à Componente Operacional do Sistema de Forças (COSF), como bases militares e centros logísticos, será essencial para garantir a sustentabilidade das operações militares e a segurança energética europeia. fortalecimento da cooperação internacional e das alianças estratégicas desempenha um papel central na valorização do espaço de soberania português. A participação ativa em operações conjuntas e exercícios militares da OTAN e da UE reforça a posição de Portugal como parceiro confiável e relevante na segurança e defesa euro-atlântica. O estreitamento das relações com aliados estratégicos e a promoção da segurança cooperativa, especialmente no Atlântico Sul e no Golfo da Guiné, contribuirá para a estabilidade regional e a proteção das rotas comerciais. O envolvimento em missões de segurança marítima e o aprofundamento das parcerias com países da CPLP consolidarão a presença portuguesa em áreas de interesse geopolítico. Por fim, o aumento da resiliência nacional e a capacidade de resposta a ameaças híbridas são aspetos fundamentais para assegurar a soberania e a segurança do espaço marítimo português. O desenvolvimento de sistemas de aviso antecipado, o reforço da cyber segurança e a implementação de um modelo de segurança integrada permitirão a Portugal mitigar riscos emergentes e garantir a estabilidade interna e externa. A conjugação destas medidas estratégicas permitirá a Portugal reforçar a sua posição na OTAN e na UE, consolidando-se como um pilar essencial da defesa euro-atlântica e um parceiro estratégico na segurança global.</p>
E3	<p>Medidas estratégico-militares que enfatizem a localização geopolítica estratégica, capacidades de defesa e contribuição para segurança coletiva: Reforço Capacidades militares: modernização sistemas armas para integração em forças internacionais; vigilância terrestre e marítima e proteção de infraestruturas associadas; capacidade terrestre, em especial de defesa antiaérea; promover mais exercícios conjuntos. Capacitação em Defesa Cibernética: investir num centro ciberdefesa robusto, em colaboração com agências de cibersegurança OTAN e UE; desenvolver forças ciberdefesa; fomentar treino de. Integração em missões de defesa OTAN e UE: aumentar a presença portuguesa em missões de defesa e estabilização em regiões estratégicas, como Mediterrâneo, África e Leste Europeu; propor e liderar novas iniciativas de cooperação em segurança e defesa, em áreas como combate terrorismo, migração ilegal e segurança infraestruturas; desenvolver capacidades para apoiar missões prevenção conflitos e apoio à estabilidade em regiões alto interesse para OTAN e a UE; Requalificação de Infraestruturas Estratégicas: Expandir rede infraestruturas apoio em território continental e insular e fortalecer sua utilização para operações conjuntas OTAN e UE; criar novas instalações logísticas e apoio a operações conjuntas, melhorando mobilidade e capacidade resposta rápida; estabelecer centros treino alta capacidade para operações conjuntas. Fortalecimento capacidade resposta crises: aumentar capacidade projeção rápida forças, dotando meios terrestres a projetar com maior flexibilidade; reforçar a capacidade para intervir em cenários de crises híbridas e guerra não convencional, através da combinação de forças e meios das FFAA. Apoio ao reforço da defesa europeia: Fomentar debate sobre a autonomia estratégica europeia, promovendo iniciativas de defesa europeia dentro do quadro da OTAN; propor criação de mecanismos financiamento conjunto para defesa europeia, com especial atenção ao desenvolvimento de tecnologias de defesa e fortalecimento das capacidades de resposta rápida da UE.</p>
E4	<p>Reforço das infraestruturas e da logística / enablement militar - criação de um hub logístico da OTAN em Portugal (seria muito importante); Desenvolvimento de infraestruturas para enablement e sustentação das forças aliadas; garantir que Portugal assume um ponto central na mobilidade militar transatlântica. Expansão e modernização das bases militares, infraestruturas militares de duplo uso; desenvolvimento de infraestruturas para acolher projeção de forças; estabelecimento de acordos, preferencialmente para aliados estratégicos. Fortalecimento da presença do Atlântico - intensificação de missões de vigilância no âmbito da <i>vigilance activities</i>; aumento operações patrulhamento e monitorização, proteção das SLOC; expansão da participação em missões OTAN e UE, contribuindo para a proteção de infraestruturas críticas submarinas (cabos de comunicações, oleodutos, gasodutos, etc.); desenvolvimento de capacidade de ASW; ISR.; participação ativa nos exercícios; reforço da capacidade expedicionária e projeção de resposta; aumentos do contributo português para as forças de elevadas de elevada prontidão da OTAN e UE; integração na atividade das forças ciber da OTAN e da UE; reforço de integração de Portugal nesta arquitetura de defesa Europeia, mais envolvimento nos projetos de defesa europeus PESC, etc.</p>



O espaço de soberania português como campo de ação no quadro da OTAN e da UE. Contributos para um modelo estratégico de abordagem à relevância estratégica nacional na OTAN e UE.

E5	Participação ativa nas dinâmicas de cooperação internacional ; potencialização das nossas infraestruturas ; garantir nossas responsabilidades no âmbito da vigilância, da busca e salvamento, combate ao terrorismo e crime organizado, ameaças híbridas, e proteção das fronteiras.
E6	Consolidar nossa reputação de ator credível e confiável; afirmar nosso compromisso com art.º V e defesa coletiva; a assunção de responsabilidades euro-atlânticas valoriza a nossa geolocalização . Importante não só vertente marítima e aérea, mas também a terrestre ; no terreno não podemos falhar, garantindo a integridade territorial e segurança dos vértices do nosso triângulo numa abordagem multidomínio , garantindo a integridade dos sistemas no espaço, no ciberespaço, na terra, no mar e no ar.
E7	A OTAN tem critérios de relevância claros, associados à credibilidade e capacidade de cumprimento das responsabilidades . Essas responsabilidades traduzem-se na aquisição de novas capacidades, no aumento de prontidão das existentes e na melhoria qualitativa do que já vinha do passado . É assim que um país é relevante. Portugal está muito melhor que no passado, até pela nossa ação fora do espaço OTAN (v.g. as nossas tropas na RCA); a credibilidade associada à participação das nossas forças nesse teatro traz dividendos para Portugal e para FFAA como um todo. Em última análise, a relevância vem de critérios objetivos ; a percepção ajuda no diálogo, mas não chega. É preciso aumentar a contribuição .
E8	A resposta e esta pergunta deve ser lida em articulação com a anterior. Assim, algumas medidas prioritárias incluem: o reforço da presença naval nos Açores e um pouco também na Madeira para garantir maior vigilância das rotas atlânticas ; a maior integração de Portugal em iniciativas de segurança marítima da OTAN e da UE; o desenvolvimento de infraestruturas militares nos Açores adaptadas às exigências das alianças, promovendo a cooperação com outros países aliados além dos EUA; o investimento na proteção e resiliência cibernética para enfrentar ameaças híbridas.
E9	Assunção das nossas responsabilidades no combate às diversas ameaças; valorização dos Açores no âmbito das dinâmicas de segurança euro-atlânticas; a qualidade das nossas infraestruturas e FFAA ; a credibilidade das nossas FFAA associada à sua capacidade de cumprir as suas missões, seja de vigilância, de defesa aérea e antiaérea, de segurança cooperativa, coletiva, etc.
E10	Adotar uma postura estratégica credível (assumindo mais de 2% do PIB de investimento em defesa) e melhorar as capacidades de defesa e de resiliência , a fim de dissuadir ou deter, qualquer ameaça externa ou transnacional; manter e reforçar uma capacidade adequada de vigilância e defesa do espaço marítimo e aéreo sob responsabilidade nacional; valorizar as informações estratégicas e de segurança; investir no reforço das capacidades científicas e tecnológicas nacionais , com o objetivo de reforçar a autonomia estratégica; desenvolver uma base tecnológica e industrial de defesa integrada , com condições de competitividade na indústria europeia de defesa;

Questão 2.4. A documentação estratégica de defesa nacional em vigor (CEDN, CEM, MIFA, SF, DIF) está ainda atual face aos desenvolvimentos estratégicos dos últimos dez anos?	
INDICADOR: Atualidade da documentação estratégica nacional.	
ENTIDADE	SÍNTESE DOS RESULTADOS
E1	Importa distinguir entre documentos atualmente em vigor e os esforços de revisão em curso. Desde a aprovação do CEDN, o ambiente geopolítico transformou-se profundamente. Reconhecendo essa evolução, foram aprovadas em 2023 as Grandes Opções do CEDN, que representam um avanço substancial na reconfiguração da visão estratégica nacional. Estas orientações delineiam os eixos prioritários para a próxima década, nomeadamente: 1) valorização do espaço de soberania português como plataforma geoestratégica atlântica; 2) modernização das capacidades das FFAA com foco na ciberdefesa, vigilância marítima e integração nos dispositivos da OTAN e da UE; 3) reforço da resiliência institucional e a aposta na inovação e autonomia estratégica em matéria de defesa. Documentação está em transição e atualização. Essa transição deverá, idealmente, incorporar princípios estruturantes do NWCC, cuja



O espaço de soberania português como campo de ação no quadro da OTAN e da UE. Contributos para um modelo estratégico de abordagem à relevância estratégica nacional na OTAN e UE.

	visão até 2040 se foca numa abordagem que ‘puxa’ (pull) o desenvolvimento das capacidades militares, em vez de apenas responder (push) a ameaças, preparando o instrumento militar para a competição estratégica de longo prazo.
E2	A documentação encontra-se desatualizada face mudanças ambiente geopolítico e securitário últimos dez anos. Evolução ameaças, o aumento operações híbridas e cibernéticas e a crescente militarização do Atlântico, exige revisão urgente do CEDN. O SF e o Dispositivo Militar também necessitam de modernização para responder às novas exigências operacionais. Importante também alinhar o CPDM e os processos correspondentes da OTAN e UE.
E3	A documentação foi desenhada para refletir os principais desafios estratégicos da época em que foram elaboradas. No entanto, face aos desenvolvimentos estratégicos, geopolíticos e tecnológicos ocorridos nos últimos dez anos, é essencial realizar uma análise crítica da sua atualidade e relevância, bem com desenvolver uma “ Doutrina de Intervenção das Forças ”, a qual visaria estabelecer as linhas de atuação das FFAA em missões de intervenção em missões internacionais, designadamente na intervenção em ambientes de conflito híbrido e em missões de apoio a catástrofes e crises humanitárias. Algumas desafios e atualizações necessárias envolvem as seguintes áreas: CEDN (ameaças cibernéticas e híbridas; ameaças no leste da Europa e no Indo-Pacífico; mudança climática e desastres naturais). CEM (capacidade de defesa cibernética; FFAA de projeção global). MIFA (modernização e tecnologias emergentes; ameaças híbridas e cibernéticas). SF (reforço das capacidades das FFAA; desenvolvimento de capacidades de defesa cibernética e espacial).
E4	Desenvolvimentos última década exigem revisão e atualização da documentação . O CEDN não reflete forma robusta a necessidade reforço defesa coletiva e resiliência nacional, nem estabelece prioridades claras para enablement e mobilidade militar Atlântico . Atualização CEDN deve incluir enfoque na adaptação infraestruturas nacionais para apoio à OTAN, o recurso ao <i>cyber</i> e integração mais estreita da defesa nacional com política de segurança e defesa UE. O CEM e restante documentação dependentes CEDN. É questionável se, neste momento, o dispositivo de forças está otimizado para responder desafios do reforço presença militar da OTAN no flanco leste e à necessidade contribuir para mobilidade e sustentação forças aliadas.
E5	A documentação necessita de atualização . É preciso começar pelo CEDN e depois a restante. Para tal é fundamental o contributo para a consciencialização nacional da importância da defesa nacional , da defesa da Europa, etc. Só assim se conseguirão fazer todas as alterações que as FFAA necessitam.
E6	Documentação é de 2013/14 e estamos em 2025. Tem de ser atualizada , não estando vocacionada para as prioridades estratégicas, ameaças e riscos pós-2022.
E7	A documentação está desatualizada . Há necessidade de rever para alinhar todos atores que contribuem para defesa e para comunicar com cidadãos , consciencializá-los para necessidades de maior investimento na defesa. Necessário rever CEM , até porque tem associado nível de ambição e novos compromissos que temos de respeitar. E SF também , pois teremos de edificar novas capacidades ; há desenvolvimentos e necessidades nos domínios material, pessoal, adequação infraestruturas, que vão exigir financiamento . Há também estudos no sentido ampliação contribuições internacionais, maximizando produto operacional Ramos e EMGFA, não só âmbito OTAN, também âmbito nossas responsabilidades tradicionais atlânticas e históricas.
E8	A documentação está muito desatualizada face transformações geopolíticas recentes. Novas ameaças híbridas, a crescente militarização do Atlântico e a reconfiguração das alianças internacionais exigem uma revisão profunda da estratégia de defesa nacional . É fundamental ajustar as diretrizes do CEDN e documentos conexos, garantindo a coerência com as dinâmicas emergentes e reforçando o papel de Portugal na OTAN e na UE e, sobretudo, no mar que é seu.
E9	Há necessidade e urgência de revisão documentação . Em relação ao CEM é importante manter os cenários de emprego , com os consequentes níveis de empenhamento . Também o SF tem que ser atualizado incluindo as novas capacidades (no âmbito do duplo uso, ciberespaço, IA, robótica) mas também atualização das existentes (carros combate, artilharia, infantaria, engenharia militar, engenharia de combate, apoio logístico, apoio de combate, reservas de guerra, etc.).
E10	A documentação está desatualizada . Não está adequada à situação internacional (novos conceitos OTAN e UE) e muito menos à nova política, estratégia e economia nova administração EUA.



Apêndice E — Comparação das principais ameaças e desafios à segurança na OTAN, UE e Portugal

Quadro 6 – Principais ameaças e desafios à segurança na OTAN, UE e Portugal

OTAN	UE	CEDN 2013	CEM2014*
<ul style="list-style-type: none">- Rússia- Terrorismo- Conflito e instabilidade no Médio Oriente e em África;- Instabilidade generalizada;- As ambições e as políticas coercivas da China;- Disputas do ciberespaço;- Tecnologias emergentes e disruptivas;- Erosão das arquiteturas de controlo de armas, desarmamento e não proliferação;- Implicações de segurança das alterações climáticas.	<ul style="list-style-type: none">- Rússia;- Terrorismo, o extremismo violento e a criminalidade organizada;- Conflitos híbridos e ciberataques;- Instrumentalização da migração irregular;- Proliferação de armamento e enfraquecimento gradual da arquitetura de controlo de armas;- Disputas do ciberespaço e espaço;- Tecnologias emergentes e disruptivas;- Instabilidade financeira e as extremas divergências sociais e económicas;- Alterações climáticas, degradação ambiental e catástrofes naturais. <p>(PS. A China é tratada como um parceiro de cooperação, um concorrente económico e um rival sistémico).</p>	<ul style="list-style-type: none">- Multiplicação de Estados frágeis e de guerras civis em áreas estratégicas vitais;- Conflitos regionais;- Ciberterrorismo e a cibercriminalidade;- Disputa por recursos naturais escassos;- Desastres naturais e a mudança climática;- Terrorismo transnacional e outras formas de extremismo violento;- Pirataria;- Criminalidade transnacional organizada;- Proliferação de armas de destruição massiva.	<ul style="list-style-type: none">- Persistência de ameaças do tipo convencional;- Propagação de formas de combate assimétrico;- Terrorismo transnacional, ciberterrorismo e cibercriminalidade, e crime organizado- Pirataria marítima;- Proliferação das armas de destruição massiva NBQR;- Fragilização de Estados;- Fluxos migratórios ilegais;- Disputas pelo controlo de recursos naturais;- Situações ambientais extremas. <p><i>* com particular relevância para o espectro de atuação das FFAA.</i></p>

Fonte: Adaptado a partir de OTAN (2022), UE (2022), RCM n.º 19/2013, de 05 de abril, CCEM (2014b, pp. 12-16)



Apêndice F — Cenários de emprego das Forças Armadas

Quadro 7 – Cenários e subcenários de emprego das Forças Armadas

Cenário	Subcenário
C.1 - Segurança e defesa do TN e dos cidadãos	Defesa convencional do TN
	Garantia de circulação no espaço interterritorial
	Atuação em estados de exceção
	Evacuação de cidadãos nacionais em áreas de crise
	Extração/proteção de contingentes/Forças Nacionais Destacadas (FND)
	Ciberdefesa
	Cooperação com as FSS
C.2 - Defesa Coletiva	Defesa do território das nações aliadas
C3 - Exercício da soberania, jurisdição e responsabilidades nacionais	Vigilância e controlo, incluindo a fiscalização e o policiamento aéreo, dos espaços sob soberania e jurisdição nacional
	Busca e salvamento
C.4 - Segurança cooperativa	Segurança das linhas de comunicação no Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP)
	Operações de Resposta a Crises no âmbito da OTAN (não artigo 5º)
	Outras operações e missões no âmbito da OTAN
	Operações e missões no âmbito da UE (d)
	Operações de Paz no âmbito da ONU ou da CPLP
C.5 - Apoio ao desenvolvimento e bem-estar	Operações e missões no âmbito de acordos bilaterais ou multilaterais
	Apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens
C.6 – Cooperação e assistência militar	Apoio ao desenvolvimento
	Cooperação e assistência militar de natureza bilateral e multilateral
	Ações no âmbito da Reforma do Setor de Segurança de outros países

Fonte: Adaptado a partir de (CEEM, 2014b, pp. 18-27).



Apêndice G — Objetivos Estratégicos Militares

Quadro 8 – Objetivos estratégicos militares nacionais e respetivos cenários

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS MILITARES	CENÁRIOS
<ul style="list-style-type: none">- Assegurar a defesa militar do TN, de modo autónomo, ou quando integrado num esforço coletivo, a dissuasão credível necessária à manutenção da integridade do território, a segurança da circulação de pessoas e bens e a afirmação da soberania e dos interesses nacionais;- Atuar no EEINC salvaguardando a vida e os interesses dos cidadãos nacionais, bem como a segurança das linhas de comunicação estratégicas;- Cooperar com as FSS, nos termos da lei, contribuindo para o combate à criminalidade e terrorismo transnacionais, nas suas diferentes vertentes, na proteção de infraestruturas críticas, bem como no âmbito de eventos de elevada importância político-estratégica;- Garantir as condições para atuar em estado de sítio, tendo em vista o pronto restabelecimento da normalidade e, em estado de emergência, apoiando as autoridades administrativas civis.	C.1 - Segurança e defesa do TN e dos cidadãos
<ul style="list-style-type: none">- Contribuir com forças e meios para as organizações internacionais, das quais depende a defesa e segurança coletiva, materializando os compromissos assumidos.	C.2 - Defesa Coletiva
<ul style="list-style-type: none">- Atuar, permanentemente, no EEINP com uso de forças autónomas, salvaguardando os interesses nacionais, incluindo o patrulhamento, a busca e salvamento, a vigilância e a fiscalização marítima e aérea, e quando determinado, a vigilância terrestre;- Garantir as condições para atuar no âmbito do Sistema de Autoridade Marítima e da Autoridade Aeronáutica Nacional, de acordo com as competências atribuídas, para assegurar a autoridade do Estado.	C.3 - Exercício da soberania, jurisdição e responsabilidades nacionais
<ul style="list-style-type: none">- Contribuir com forças e meios para as organizações internacionais, das quais depende a defesa e segurança coletiva, materializando os compromissos assumidos;- Participar em operações no âmbito da segurança cooperativa e humanitária, garantindo a aptidão para atuar em todo o espectro de ações militares, a um nível que assegure relevância estratégica ao País, enquanto ator no sistema internacional.	C.4 - Segurança Cooperativa
<ul style="list-style-type: none">- Colaborar com outras instituições do Estado contribuindo para a proteção das populações e promoção do seu bem-estar, no âmbito: sanitário, da segurança alimentar e energética; cibersegurança; de cataclismos e acidentes graves; de pandemias, alterações climáticas extremas, e outros grandes fenómenos.	C.5 - Apoio ao desenvolvimento e bem-estar
<ul style="list-style-type: none">- Colaborar no âmbito de parcerias, em especial com os países vizinhos e da CPLP, por forma a criar vínculos permanentes que permitam a consecução de objetivos comuns e/ou complementares.	C.6 - Cooperação e Assistência Militar

Fonte: Adaptado a partir de (CEM, 2014b, p. C1).



Apêndice H — Cenários, ações estratégico-militares e missões das FFAA

Quadro 9 – Cenários, ações²⁹ estratégico-militares e missões das FFAA

CENÁRIO	AÇÕES	MISSÕES
C1 - Segurança e defesa do TN e dos cidadãos	<ul style="list-style-type: none"> - Manter dispositivo (...) de dissuasão, a vigilância e o alerta oportuno (...) qualquer área do EEINP; - Garantir nas Regiões Autónomas, a dissuasão (...); - (...) disponibilizar meios militares para cooperar com as FSS (...); - (...) garantir (...) evacuação cidadãos nacionais (...), e resposta a situações de catástrofe ou calamidade (...); - Preparar (...) passagem resistência (...), caso ocupação (...). 	<ul style="list-style-type: none"> - M1.1 - Defesa convencional do TN; - M1.2 - Garantia de circulação no espaço interterritorial; - M1.3 - Atuação em estados de exceção; - M1.4 - Evacuação de cidadãos nacionais em áreas de crise; - M1.5 - Extração/Proteção de contingentes e FND; - M1.6 - Ciberdefesa; - M1.7 - Cooperação com as FSS.
C2 - Defesa Coletiva	<ul style="list-style-type: none"> - (...) participação organizações segurança e defesa coletiva (...); - (...) participação (...) estruturas internacionais de defesa (...). 	<ul style="list-style-type: none"> - M2.1 - Defesa do território das nações aliadas
C3 - Exercício da soberania, jurisdição e responsabilidades nacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Manter um dispositivo permanente de vigilância e controlo (...); - Conservar um dispositivo que permita o emprego atempado dos meios em toda a área (...); - Garantir o apoio à decisão (...); - Assegurar a racionalização no emprego dos meios (...). 	<ul style="list-style-type: none"> - M3.1 - Vigilância e controlo, incluindo a fiscalização e o policiamento aéreo, dos espaços sob soberania e jurisdição nacional - M3.2 - Busca e salvamento - M3.3 - Segurança das linhas de comunicação no EEINP
C4 - Segurança Cooperativa	<ul style="list-style-type: none"> - Participar com FND em operações de resposta a crises, humanitárias e outras missões em tempo de paz (...). 	<ul style="list-style-type: none"> - M4.1 - Operações de Resposta a Crises no âmbito da OTAN (não artigo 5º) - M4.2 - Outras operações e missões no âmbito da OTAN - M4.3 - Operações e missões no âmbito da UE - M4.4 - Operações de Paz no âmbito da ONU e da CPLP - M4.5 - Operações e missões no âmbito de acordos bilaterais e multilaterais
C5 - Apoio ao desenvolvimento e bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> - (...) colaborar autoridades de proteção civil (...) - Promover atividades de I&D (...); - (...) divulgação e consciencialização Segurança e Defesa. 	<ul style="list-style-type: none"> - M5.1 - Apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens - M5.2 - Apoio ao desenvolvimento
C6 - Cooperação e Assistência Militar	<ul style="list-style-type: none"> - Participar no âmbito da cooperação e da assistência militar com países amigos e no quadro das organizações internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - M6.1 - Cooperação e assistência militar de natureza bilateral e multilateral - M6.2 - Ações no âmbito da Reforma do Setor de Segurança de outros países

Fonte: Adaptado a partir de (CEEM, 2014b, pp. 29-35).

²⁹ No quadro apenas estão elencadas as ações para empenhamento das FFAA em tempo de paz (esforço padrão). No CEM2014 são ainda definidas as ações para empenhamento em estados de exceção/tempo de crise e em tempo de guerra (esforço máximo).